

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CLARA BERNARDES HOFFMANN

**A REDE TRANSNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO VIA
EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

FLORIANÓPOLIS, 2018

ANA CLARA BERNARDES HOFFMANN

**A REDE TRANSNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO VIA
EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof.º Dr. Daniel Ricardo Castelan.

FLORIANÓPOLIS, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir a nota 9,5 à aluna Ana Clara Bernardes Hoffmann, após a apresentação do trabalho intitulado “A Rede Transnacional de Desenvolvimento via Empreendedorismo na América Latina e Caribe” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Banca Examinadora:

Prof.º Dr. Daniel Ricardo Castelan (Orientador)

(Professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina)

Prof.^a Dr.^a Iara Costa Leite

(Professora Adjunta do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina)

Msc. Henrique Conca Bussacos

(Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela IDS/University of Sussex; Desenvolvedor de Negócios para a América Latina no Impact Hub Network)

Aos 16.000 membros e 1.100 makers do Impact Hub.

AGRADECIMENTOS

Tenho muitos agradecimentos que culminam com o fim (sofrido) da minha monografia. Talvez sejam mais longos que a própria monografia.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao ser abstrato e enigmático a quem muito fiz pedidos e promessas durante a minha vida acadêmica e também me desculpar por todas as sandices que ele possa ter escutado nesse tempo.

À minha mãe, meu maior e melhor exemplo. Você me deu a vida, me deu amor, me deu suporte e me deu inspiração para sempre ir além. Obrigada pelos abraços, xícaras de chá que preparou nas longas madrugadas de estudo e por ser um porto seguro, sempre com algum conselho ou ombro amigo quando precisei. Sua força me trouxe até aqui e eu serei eternamente grata por ter nascido sua filha.

Ao meu pai por ser tão carinhoso, corajoso e presente. Você me mostrou que não há (quase) nada que não possa ser conseguido com um pouco de determinação e conhecimento - e essa lição eu levo como um mantra para a minha vida.

Aos meus familiares por acreditarem em mim e por todo o apoio que me deram até o momento. Venho de uma família de mulheres fortes, inteligentes e carinhosas que, assim como eu, aprenderam com a melhor de todas: a dona Clara (também conhecida como minha avó). Para vocês não darei apenas algumas linhas desta monografia, mas sim um churrasco daqueles.

A todos os meus mestres - desde os que me alfabetizaram até os que me ensinaram a utilizar as palavras aprendidas de forma crítica -, em especial ao meu orientador Daniel que dedicou tempo, conhecimento e paciência a este trabalho, me acompanhando desde a concepção do projeto até a sua entrega final; à professora Patrícia pelo suporte nos primeiros anos de graduação; e às professoras Graciela, Iara e Mônica por contribuírem para a minha formação.

Aos membros do Grupo de Estudos em Política Externa (GAPE) que me apresentaram muitos dos conceitos utilizados nesta monografia.

Ao *Impact Hub* por todo aprendizado e inspiração nesses 2 anos de estágio. Foi uma experiência única e transformadora, que me apresentou um novo olhar. Agradeço, em especial ao meu time e aos membros da nossa rede. Eu realmente acredito que, juntos, estamos transformando o mundo em um lugar radicalmente melhor.

Ao Henrique, do *Impact Hub*, e à Dora, do BID, que me concederam entrevistas cruciais para este trabalho - e foram tão atenciosos e gentis em todo o processo.

A todas as minhas amigas e amigos que compartilharam comigo histórias, conselhos, aprendizados, abraços, lágrimas, sorrisos e bons drinks - em especial à Francis pela cumplicidade; à Maju pela humanidade; à Vanessa pelo otimismo; e ao André pelo apoio na vida e neste trabalho.

Ao meu lagueano por todo o amor e carinho dedicado à nossa relação. Os seus olhos azuis me passavam a tranquilidade de um mar e, junto com as suas palavras - sempre certas - me acalmavam nos momentos mais difíceis da construção dessa monografia.

Por fim, agradeço a oportunidade de ter acesso a um ensino gratuito e exemplar em uma das melhores instituições educacionais do Brasil, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ali me integrei à área de Relações Internacionais, aos grupos de pesquisa e extensão e ao movimento estudantil, escrevendo um dos capítulos mais importantes da minha história.

"O melhor estímulo para conseguir mudar o que não está ao nosso alcance é unir-se com aqueles que partilham do mesmo sentimento de mudança".

(Autor Desconhecido).

RESUMO

Redes transnacionais consistem em canais de interação e cooperação entre distintos atores do Sistema Internacional que se estendem para além das fronteiras nacionais. Quando são focadas em desenvolvimento socioeconômico recebem um nome específico, o de redes transnacionais de desenvolvimento. O presente trabalho propõe-se a estudar uma dessas redes: a rede transnacional de desenvolvimento via empreendedorismo na América Latina e Caribe que, formada sob a égide do Fundo Multilateral de Investimentos, um dos braços do Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento, reúne diferentes atores com o intuito de promover o empreendedorismo na região latino-americana e caribenha e alcançar o desenvolvimento econômico e social. Será abordado o surgimento da rede, seus integrantes e a forma como se articulam, além de alguns dos projetos que desenvolveram em conjunto, bem como o processo histórico que contribuiu para a emergência desse fenômeno.

Palavras-chave: Redes; Redes Transnacionais; Redes Transnacionais de Desenvolvimento; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Fundo Multilateral de Investimentos; Novos Atores; Globalização.

ABSTRACT

Transnational networks consist of channels of interaction and cooperation between different actors of the International System that extend beyond national boundaries. When they are focused on socioeconomic development they are given a specific name, that of transnational development networks. The present work proposes to study one of these networks: the transnational development network through entrepreneurship in Latin America and the Caribbean, formed under the aegis of the Multilateral Investment Fund, one of the arms of the Inter-American Development Bank Group, that brings together different actors with the purpose of promoting entrepreneurship in the Latin American and Caribbean region and achieving economic and social development. It will be approached the emergence of the network, its members and the way they are articulated, in addition to some of the projects they have developed together and the historical process that contributed to the emergence of this phenomenon.

Keywords: Networks; Transnational Networks; Transnational Development Networks; Inter-American Development Bank; Multilateral Investment Fund; New Actors; Globalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO PODER DE VOTO ENTRE MEMBROS MUTUÁRIOS E MUTUÁRIOS.....	NÃO 36
---	-----------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PODER DE VOTO DOS MAIORES ACIONISTAS DO BID.....	33
TABELA 2 - PRESENÇA DO FUMIN NA AMÉRICA LATINA E CARIBE.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CII	Corporação Interamericana de Investimentos
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOMIN	Fondo Multilateral de Inversiones
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
FUNDA-PRÓ	Fundação para a Produção
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODSs	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PES	Programa de Empreendedorismo Social
PIB	Produto Interno Bruto
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PPPs	Parcerias Público-privadas
UCB	Universidade Católica Boliviana
YBI	Youth Business International

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REDES TRANSNACIONAIS E A TRANSNACIONALIDADE DOS ATORES	16
2.1. GLOBALIZAÇÃO, TRANSNACIONALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES	16
2.2. O PODER POLÍTICO DE NOVOS ATORES: O QUE DETERMINA?	20
2.3. A ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS NOVOS ATORES: O CONCEITO DE REDES	22
2.4. UM TIPO ESPECÍFICO DE REDES: REDES PARA O DESENVOLVIMENTO	26
2.5. O EMPREENDEDORISMO COMO IMPULSIONADOR DO DESENVOLVIMENTO	29
2.6. CONCLUSÕES PARCIAIS	31
3. A REDE TRANSNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO VIA EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE	32
3.1. O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.....	32
3.1.1. O Fundo Multilateral de Investimentos	37
3.2. O SURGIMENTO DA REDE TRANSNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO VIA EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE E SUA ARTICULAÇÃO	39
3.2.1. O Setor de Agricultura Climaticamente Inteligente e sua Atuação	49
3.2.1.1. Programa de Fomento à Cultura Empreendedora: Bolívia.....	49
3.2.2. O Setor de Cidades Inclusivas e sua Atuação.....	51
3.2.2.1. Programa de Empreendedorismo Juvenil: Regional	52
3.2.3. O Setor de Economia do Conhecimento e sua Atuação	53
3.2.3.1. Promoção de Empreendedores Resilientes: El Salvador, Honduras e Nicarágua.....	54
3.3. CONCLUSÕES PARCIAIS	56
4. CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1. INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX trouxe consigo diversas mudanças para o Sistema Internacional. O fim da Guerra Fria possibilitou um cenário mais flexível e multilateral para seus integrantes, além de uma ampliação de temas a serem debatidos na agenda internacional. A intensificação do fenômeno da globalização, por sua vez, possibilitou uma ampliação das possibilidades de comunicação e, com isso, deu origem a um mundo permeado por relações de interdependência em que novos atores de dentro e fora da estrutura dos Estados passaram a desempenhar papéis relevantes.

Nesse sentido, governos, empresas multinacionais, ONGs, instituições multilaterais e a sociedade civil passaram a trocar mais informações e a cooperar em ações e projetos que se desenvolvem além dos limites dos Estados. Tais canais de intercâmbio que se estendem para além das fronteiras nacionais e nos quais ao menos um dos atores participantes é um agente não estatal ou não opera em nome de um governo nacional, são chamados pela literatura de "redes transnacionais". Dentro desta literatura há uma vertente em destaque, que estuda as chamadas redes transnacionais de desenvolvimento (*transnational development networks*), que, como apresentado por Anthony Bebbigton, consistem em canais por onde circulam fluxos de ideias, recursos e atividades que desempenham um papel em iniciativas e projetos de desenvolvimento. Nestas redes há uma preocupação em preencher o vácuo deixado por agentes estatais em áreas sensíveis, como o desenvolvimento socioeconômico de um local, e cada uma delas possui interpretações distintas de como realizar tal feito.

Uma das interpretações feitas é a deste desenvolvimento proporcionado através do estímulo ao empreendedorismo social, que levaria ao aquecimento da economia por meio da criação de empresas mais dinâmicas e inovadoras e da geração de novos postos de trabalho. Além de tais efeitos, há uma característica ainda mais relevante em relação a tal fenômeno: esse tipo de empreendedorismo não produz bens e serviços apenas para vender, mas também para solucionar problemas sociais; não direcionando o seu foco para os mercados, mas para segmentos populacionais em situação de risco – como ressaltado por Edson Marques Oliveira.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objeto de estudo uma rede transnacional de desenvolvimento específica, estabelecida entre atores públicos e privados que, mantida pelo Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), busca fomentar comunidades empreendedoras em países latino-americanos e caribenhos para alcançar o desenvolvimento econômico na região. A monografia buscará, destarte, responder à seguinte pergunta: “*como é estruturada a rede transnacional de desenvolvimento via empreendedorismo na América*

Latina e Caribe estabelecida sob a égide do Fundo Multilateral de Investimentos?”. A partir de tal pergunta, o objetivo geral deste trabalho será o de identificar como essa rede é estruturada e, com vistas a sua consecução, quatro objetivos específicos foram delimitados: (i) identificar os diferentes atores que participam da rede transnacional; (ii) compreender como estes atores se articulam e como é feita a comunicação entre eles; (iii) detalhar como um projeto é proposto; (iv) descrever algumas ações e projetos desenvolvidos pela rede.

A fim de definir um corte temporal para o estudo, optar-se-á por analisar algumas das atividades da rede a partir de 1993. O motivo para tal é a data da criação do Fundo Multilateral de Investimentos, um dos braços do Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é o centro da rede estudada. Deste modo, o objeto de pesquisa será observado com maior clareza e concretude.

Visando alcançar os objetivos previamente destacados, o presente trabalho se utilizará de fontes primárias, como documentos oficiais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Fundo Multilateral de Investimentos, a serem analisados por intermédio de informações de fontes secundárias, como teses, dissertações, livros, artigos acadêmicos e artigos de *think tanks* relevantes. Ademais, foram realizadas entrevistas com dois integrantes da rede transnacional, sendo uma delas com a representante de projetos para a América Latina e Caribe do FUMIN.

A estrutura do trabalho está dividida em dois capítulos. O primeiro deles apresentará um panorama do arcabouço teórico utilizado com objetivo de contextualizar o segundo capítulo e terá como alicerce a literatura de redes transnacionais que, por ser ampla, engloba diferentes conceituações. Para melhor compreensão, será exposta, inicialmente, a temática da globalização, do surgimento de novos atores e da transnacionalidade. Em um segundo momento serão apresentados os principais teóricos das redes, com ênfase nos trabalhos acerca das redes transnacionais de desenvolvimento. Para encerrar o capítulo, abordar-se-á o empreendedorismo como fator impulsionador para o desenvolvimento socioeconômico.

No segundo capítulo será apresentada a rede formada ao redor do Fundo Multilateral de Investimentos, voltada à promoção do empreendedorismo como ferramenta de desenvolvimento na América Latina e Caribe - sendo ela o objeto de estudo deste trabalho. As primeiras seções farão uma breve apresentação do BID e do FUMIN, destacando suas trajetórias, como atuam e como é a tomada de decisão interna. As seções seguintes são sobre a rede como um todo, com ênfase em seu surgimento, os atores que a compõe e como estes se articulam para a concepção e execução de seus projetos. Para melhor compreensão, foi feita uma divisão temática que está alinhada à própria estrutura interna do Fundo, abordando três

setores principais e seus projetos: (i) o setor de agricultura climaticamente inteligente; (ii) o setor de cidades inclusivas; (iii) e o setor de economia do conhecimento.

Por fim, serão apresentados breves comentários de conclusão, sintetizando e sistematizando o conteúdo trabalhado ao longo do trabalho. Ademais, serão sugeridas agendas futuras de pesquisa.

2. REDES TRANSNACIONAIS E A TRANSNACIONALIDADE DOS ATORES

Este capítulo busca realizar uma revisão teórica dos temas centrais do presente trabalho. Inicialmente será traçado um panorama da literatura sobre redes transnacionais e a transnacionalidade dos atores - com ênfase nos trabalhos de Keohane e Nye (1971) e Thomas Risse-Kappen (2013) acerca do tema. Posteriormente, será introduzido o conceito de redes transnacionais para o desenvolvimento, bem como algumas de suas principais especificidades. Por fim, abordar-se-á o empreendedorismo como fator impulsionador para o desenvolvimento socioeconômico.

2.1. GLOBALIZAÇÃO, TRANSNACIONALIZAÇÃO E EMERGÊNCIA DE NOVOS ATORES

Diversos analistas afirmam que, desde os anos 1970, intensificaram-se das mais diferentes formas as transações entre os países, fenômeno esse por alguns chamado de “globalização”¹, e por outros de “transnacionalização”. Elevaram-se, nesse contexto, os fluxos e as relações – tanto econômicas e políticas quanto culturais e jurídicas - entre os Estados, além das interações sociais entre os povos (OLSSON, 2001). David Held (1991), um dos principais estudiosos do tema “globalização”, afirma que esse processo foi iniciado com a Primeira Revolução Industrial – período histórico que levou à construção da estrada de ferro, do barco à vapor, do telégrafo e de diversas outras invenções que, por sua vez, reduziram a distância física e informacional entre os diferentes povos do globo – e culminou com o final da década de 1970 na Revolução Técnico-Científica, que alterou a estrutura de produção através de descobertas como a robótica e que contribuiu para a consolidação do atual modelo

¹ Segundo Jon Scholte (2000 *apud* PAIVA; SCOTELARO, 2010), o processo da globalização se caracterizaria pela ampliação das conexões mundiais, envolvendo a redução de barreiras e alterando a própria natureza do espaço social. O espaço territorial, nessa compreensão, continuaria tendo importância determinante para as relações sociais, mas também seria, agora, resultante das novas interações transnacionais. O territorialismo existente nas relações internacionais (em decorrência das fronteiras nacionais) passa, assim, por um processo de desterritorialização (desligamento das noções territoriais convencionais de Estado) e, em seguida, por uma reterritorialização (redefinição dos lugares centrais ao funcionamento das relações sociais) em função das interações globais que se concretizam por meio de atores estatais (centrais ou não) e não governamentais (SCHOLTE, 2000; 2005). Robert Gilpin (2004 *apud* PAIVA; SCOTELARO, 2010), por sua vez, aborda a globalização sob uma perspectiva econômica: ela seria “a crescente vinculação das economias nacionais através do comércio, dos fluxos financeiros e do investimento direto internacional por parte das empresas multinacionais” (GILPIN, 2004, p. 397). Para este último autor, os teóricos que argumentam favoravelmente aos efeitos da globalização entendem que esta propiciaria uma igualdade maior entre os povos, além da convergência de desempenhos entre as economias nacionais: as economias menos desenvolvidas, ao serem integradas à economia mundial, elevariam seu crescimento econômico e sua produtividade. Seu emparelhamento às economias desenvolvidas indicaria seu nível de proximidade aos níveis avançados (PAIVA; SCOTELARO, 2010).

de telecomunicações, alicerçada na dinâmica de criação dos satélites e do desenvolvimento da microeletrônica. Tudo isso, importante destacar, potencializado com o processo de descongelamento do poder mundial desencadeado a partir do término da Guerra Fria (OLSSON, 2001).

Nesse contexto de mudanças, ganham relevância novos atores políticos não-estatais, que passam a participar de forma intensa do ambiente internacional (HELD, 1991), o que é trabalhado pela academia. Assim, até 1971, grande parte dos estudos sobre Relações Internacionais concentravam-se na relação entre Estados, visto que, segundo a Teoria Realista², estes seriam os atores dotados de maior poder no Sistema Internacional (Waltz, 1979). Essa predominância, no entanto, passou a ser desafiada de forma mais aguda por Keohane e Nye no livro *Transnational Relations and World Politics* (1971); em que são descritos mecanismos de coordenação de políticas e troca de informações conduzidas por atores não-estatais pela tese da “Interdependência Complexa”³.

De acordo com essas novas interpretações da realidade internacional, os Estados, apesar de manterem sua importância e deterem o monopólio do uso legítimo da força, teriam passado a dividir seu campo de atuação com esses novos atores. Para Keohane e Nye⁴ (1971), isto se mostrou um desafio à visão estadocêntrica do pensamento político - isto é, a aceitação do Estado como o único ator relevante da política mundial - que estava em evidência até então.

O contexto histórico marcado pelo acirramento do conflito ideológico na Guerra Fria nos anos 1980 com o fim da *détente*⁵ e pela ameaça de guerra nuclear, no entanto, enfraqueceram as teses do modelo da Interdependência Complexa de Keohane e Nye – fundamentado na ideia de que os conflitos na política mundial eram de natureza econômica e poderiam ser resolvidos por meio de negociações e da cooperação -, bem como os seus debates subjacentes (MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Simultaneamente, ganhou espaço o

² O paradigma estado-cêntrico considera que os Estados são os únicos atores relevantes e os sistemas internacionais são moldados conforme a distribuição de poder entre eles. De acordo com esta visão, os temas de segurança têm precedência sobre todos os demais e é a busca por maior segurança que motiva os Estados a cooperarem entre si ou a entrarem em guerra (GILPIN, 1971 *apud* BULHÕES, 2008).

³ Para um aprofundamento da discussão sobre o conceito de “Interdependência Complexa”, ver Keohane e Nye (1971).

⁴ Os autores não negam que os Estados continuam sendo os mais importantes atores dos assuntos mundiais. Eles argumentam que, devido ao crescimento das relações transnacionais após a década de 1940, o paradigma estado-cêntrico estaria cada vez mais inadequado para analisar a “contaminação das relações interestatais pelas relações transnacionais em constante mudança” (KEOHANE; NYE, 1971 *apud* BULHÕES, 2008, p.23).

⁵ Palavra de origem francesa cujo sentido se traduz em “calma, relaxamento, tranquilidade”, a *détente* significava a tentativa de mover-se rumo a uma nova ordem mundial em que a estabilidade resultaria não do confronto de interesses, mas de uma evolução nos “hábitos de restrição, coexistência, e cooperação” (GADDIS, 1982). Para Pecequillo (2003), foi um relaxamento da tensão entre Estados Unidos e União Soviética durante o período da Guerra Fria.

pensamento neorrealista de Kenneth Waltz (1979), com maior destaque à supremacia do Estado como ator relevante na arena política internacional e subordinando questões econômicas às questões de segurança internacional – deixando temáticas como o surgimento de novos atores no Sistema Internacional em segundo plano (BRAGA, 2011). Waltz (1979) escreve:

(...) a importância dos atores não-estatais e a extensão das atividades transnacionais são óbvias. A conclusão que a concepção estado-cêntrica da política internacional se faz obsoleta em função delas, no entanto, não procede (...). Eu defino estruturas políticas em termos de Estados (...). Quando a situação se complica, os Estados refazem as regras sob as quais outros atores operam (WALTZ, 1979, p.95).

Direcionando o estudo para um contexto histórico, é válido ressaltar que, com o fim da Guerra Fria e o avanço das tecnologias de comunicação, fortaleceram-se, segundo Viana (2015), fenômenos cujos efeitos provocaram tanto um descongelamento do poder mundial quanto uma intensificação do processo de globalização e que, como trabalhado por Keohane e Nye (1989) e outros autores recorrentemente, o poder no Sistema Internacional passou a não estar mais concentrado apenas nas duas grandes potências - Estados Unidos e União Soviética. A partir dessas transformações, a literatura em Relações Internacionais passou a privilegiar a Economia em detrimento dos debates acerca da Segurança Internacional⁶ (VIANA, 2015). Nesse sentido, Onuki e Racy (2002) complementam que

(...) para o pensamento globalista, a economia emergindo como fator explicativo básico das relações internacionais em lugar da distribuição do poder mundial e militar característicos da concepção neo-realista dessa realidade, implicaria o surgimento de novas estruturas de fundamental importância para o desenho do Sistema Internacional (ONUKE; RACY, 2002, p.1).

Ademais, surgiram novos canais de interação no sistema e novas temáticas foram incorporadas à agenda internacional e passaram a tangenciar diversos aspectos (PAIVA; SCOTELARO, 2010). Como tratado por Sato (2000), agora não só questões tradicionalmente estatais eram o grande foco, mas também assuntos plurais, tais como a garantia dos Direitos Humanos, o Meio Ambiente, a atuação de ONGs e a ação política de unidades subnacionais - todos com importantes impactos internacionais. Ele ainda afirma que

(...) o fim da Guerra Fria fez com que as preocupações e as abordagens de questões como essas deixassem de ser matizadas ou mesmo distorcidas pela disputa leste-oeste. Nesse sentido, uma organização de defesa dos direitos humanos não deveria mais ser encarada como parte de uma ação concertada para desestabilizar governos simpatizantes de um dos lados e a promoção das questões ambientais, comerciais e financeiras passavam a ser, nas mesas de negociação, objeto de novas alianças,

⁶ De acordo com Eiiiti Sato (2000), a obra do cientista político Richard Rosecrance, intitulada *The Rise of the Trading State* argumenta exatamente nessa linha: de que o mundo político-estratégico estaria cedendo lugar ao mundo do comércio, isto é, a satisfação das demandas essenciais das sociedades estava passando a depender, cada vez mais, da qualidade das relações econômicas internacionais mantidas pelas nações e cada vez menos da capacidade estratégico-militar. Para mais informações, ver Sato (2000).

deixando de lado considerações de segurança estratégica internacional típicas do jogo de poder da Guerra Fria (SATO, 2000, p.5).

Os novos atores com poder de atuação e influência – como ONGs, empresas multinacionais, grupos da sociedade civil, dentre outros - passaram, por sua vez, a demandar um espaço maior em fóruns internacionais para discutir tais temáticas (CASTELLS; GERHARDT, 1999). Frente a isso, intensificou-se o processo de criação de ONGs, por exemplo, e muitas passaram a atuar de forma transnacional, preenchendo diversas lacunas existentes entre a sociedade civil e os governos. Com a sua progressiva institucionalização, as ONGs podem atuar de forma mais efetiva em áreas e setores em que a presença do governo é reduzida (ALFAIA JUNIOR, 2008)⁷.

Para alguns dos teóricos mais conservadores, como Karl Kaiser (1971) – que já previa tal movimento nos anos de 1970 -, o surgimento de novos atores e o fortalecimento do transnacionalismo configurariam ameaças à democracia, visto que, além de que os representantes passariam a não mais ser eleitos pelo voto, o Estado perderia o controle de importantes processos que atravessam as suas fronteiras⁸ por conta da crescente autonomia de atores não-estatais e de fluxos de todo tipo (comércio, capitais, práticas ilícitas, como o tráfico de drogas e de pessoas, etc), produzidos justamente a partir da intensificação da globalização (KAISER, 1971). Sob essa perspectiva, a regulação de tais fluxos, bem como a garantia da segurança internacional, seriam dificultadas em um contexto de transnacionalização (VEIGA; ZACARELI, 2015).

Em oposição a tais premissas, outros autores, como Philipp Pattberg (2007) afirmam que uma participação mais efetiva de ONGs, Organizações Internacionais e do setor privado

⁷ Alfaia Junior (2008) também argumenta em favor da existência de uma maior aceitação das ONGs pela sociedade em função de uma construção social que as aponta como mais cooperativas e como buscadoras de um interesse comum e não particular.

⁸ Maria Teresa Ribeiro e Carlos Milani (2009) discutem conceitos de soberania, fronteira e território nas relações internacionais em sua obra “Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar”. Os autores afirmam que “(...) Biersteker (2001 *apud* RIBEIRO; MILANI, 2009) chama a atenção para o fato de que as mudanças das fronteiras territoriais são constantes na história da política internacional. Os Estados podem desagregar-se, aumentar, novos Estados podem surgir, mas há também um debate sobre a relevância do território (físico) e a função da fronteira (permeável ou não) na promoção dos interesses do Estado. O final do século XIX e transição para o século XX demonstraram a obsessão com a conquista territorial: a geopolítica de Friedrich Ratzel e Halford Mackinder, por exemplo, apresentava os Estados como territórios em competição e em busca de controle físico; já a geopolítica marítima de Mahan salientava a conquista dos mares e de novas colônias. Como trata Biersteker (2001 *apud* RIBEIRO; MILANI, 2009), pelo menos três relativizações históricas a tais concepções de território podem ser lembradas. A primeira relativização deu-se em 1911, com a publicação de *The great illusion* (Norman Angell), segundo o qual a conquista de territórios não poderia ser vista como sinônimo de prosperidade. Norman Angell dava mais ênfase ao uso do território (o “como”) e não somente ao aumento dos territórios. A segunda relativização deu-se com a era atômica: as bombas poderiam dizimar territórios. Hoje, a terceira relativização a que assistimos decorre da necessidade imperiosa para os atores da política mundial contemporânea de controlar as redes (e não somente os territórios fixos) e os fluxos (econômicos, de informação) (RIBEIRO; MILANI, 2009).

no Sistema Internacional produziria incentivos à cooperação ao criar arranjos institucionais com a participação de *stakeholders*⁹ estratégicos para as áreas em questão. Diante do deslocamento de temas antes tratados exclusivamente pelos governos para as arenas transnacionais - compostas por diferentes integrantes -, no entanto, tais autores também concordam com a existência de um processo de redução da capacidade regulatória exclusiva dos Estados: esses continuariam tendo poder, porém novas vozes e interesses também passariam a ser ouvidos – com impactos tanto no âmbito nacional, quanto no poder de atuação transnacional destas forças políticas (PATTBERG, 2007 *apud* VEIGA; ZACARELI, 2015).

2.2. O PODER POLÍTICO DE NOVOS ATORES: O QUE DETERMINA?

Não há consenso entre os teóricos sobre o poder político dos novos atores não-estatais nas grandes questões internacionais. Thomas Risse-Kappen, em sua obra *Bringing Transnational Relations Back In* (1995), sustenta a ideia de que tanto as estruturas domésticas¹⁰ quanto as instituições internacionais¹¹ são variáveis importantes para a avaliação do impacto desses atores no Sistema Internacional. Ambas seriam mediadoras da relação entre Estados e agentes transnacionais (BRAGA, 2011).

Para compreender um pouco melhor essa relação, é válido mencionar a visão de Katzenstein (1976 *apud* TARROW, 2005): o autor afirma que os atores domésticos respondem às pressões internacionais trabalhando apenas por meio de instituições nacionais e que Estados expostos à economia internacional, por sua vez, modelam suas instituições políticas através do corporativismo como forma de defender esses interesses domésticos (KATZENSTEIN, 1976 *apud* TARROW, 2005).

⁹ O termo *stakeholder* apareceu pela primeira vez, em 1963, num memorando interno do *Stanford Research Institute*, como designação para aqueles grupos (acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores, sociedade) sem os quais uma dada organização ou projeto, não pode existir. (ROBERTO; SERRANO, 2007). Para Post, Preston e Sachs (2002), é um ator que contribui, voluntária ou involuntariamente, para as atividades de criação de valor de uma organização e que, por isso, assume o risco e/ou é seu potencial beneficiário.

¹⁰ Segundo Risse (1995) o conceito de *estruturas domésticas* abrange três dimensões: as instituições políticas do Estado e o seu relacionamento; as estruturas de formação de demanda da sociedade e o grau em que elas são mais ou menos centralizadas; e as redes políticas envolvendo o Estado e a sociedade. As relações entre o Executivo e o Legislativo, os conflitos entre as agências da burocracia governamental, bem como o grau em que o poder decisório é mais ou menos concentrado nas mãos do Executivo são questões da primeira dimensão. A segunda dimensão, por sua vez, compreende a estrutura de formação de demanda da sociedade civil e o grau em que ela é mais ou menos centralizada. Os sistemas de representação de interesses e as normas regulando o processo de formação de coalizões integram a terceira dimensão.

¹¹ Essas instituições reguladoras das relações internacionais podem ser entendidas como um conjunto de regras persistentes e conectadas - sendo elas formais ou informais - que prescrevem papéis comportamentais, constroem ações e moldam expectativas no Sistema Internacional, tendo, de acordo com Risse (1995), efeitos substanciais em ações do governo, na política e na definição de interesses e preferências dos governantes.

Em outras palavras, a estruturas domésticas seriam importantes determinantes do poder político e da capacidade de ação dos atores transnacionais (RISSE-KAPPEN, 1995). Elas abrangem o aparato organizacional das instituições políticas e sociais, suas rotinas, as regras e procedimentos de decisão incorporados na lei e no costume, bem como os valores e normas incorporados na cultura política. Diante disso, é relevante destacar que,

(...) quanto mais controladas pelos Estados são essas estruturas, mais difícil seria a penetração de atores transnacionais nos sistemas político e social de um determinado país. Por outro lado, quanto mais fragmentado for o Estado e melhor organizada a sociedade civil, mais fácil o acesso de atores transnacionais aos sistemas político e social internos. **As estruturas domésticas e a institucionalização internacional, dessa maneira, determinam a efetividade da ação transnacional.** Quanto mais regulação internacional um determinado assunto apresentar, maior é a permeabilidade relacionada a atividades transnacionais, podendo-se, assim, superar barreiras de um país dominado pelos arranjos do Estado (RISSE-KAPPEN, 1995 *apud* PRATA FILHO, 2016, p.25, grifo nosso).

O acesso fácil dos atores transnacionais ao âmbito doméstico dos Estados, no entanto, também não garantiria necessariamente o poder político para a ação. O sucesso deles em gerar impacto político dependeria também de outros dois complementos importantes: a sua capacidade de formar coalizões vencedoras no país alvo¹² e o papel das instituições internacionais no assunto analisado (RISSE-KAPPEN, 1995).

Estudos de regimes¹³ comprovam que as instituições internacionais exercem efeitos significativos nas práticas governamentais, tanto em suas políticas quanto na definição de interesses e preferências. Nesse contexto, quanto mais regulado é o relacionamento interestatal por instituições internacionais de cooperação, maior será a probabilidade de surgirem e se desenvolverem atividades transnacionais – ou seja, os atores possuem maior poder e impacto político - e menor será a capacidade dos governos nacionais de constrangê-las (RISSE, 1995). As instituições, além de facilitarem o acesso dos atores transnacionais aos processos nacionais de formulação política, dão legitimidade às atividades transnacionais nos países-alvos (RISSE, 1995 *apud* BULHÕES, 2008).

Sendo assim, em concordância com o exposto, conciliar essas duas abordagens – tanto das estruturas domésticas quanto das instituições internacionais - seria a maneira mais

¹² Para Risse (1995), em estruturas domésticas controladas pelo Estado os atores transnacionais têm mais dificuldade de penetração, mas, uma vez superado esse obstáculo, as possibilidades de eles influenciarem as políticas estatais aumentam à medida que seus objetivos são compartilhados com atores estatais poderosos. Já em estruturas domésticas dominadas pela sociedade, embora os governos tenham menos controle sobre o acesso dos atores transnacionais às instituições políticas e sociais, a formação de coalizões “vitoriosas” é menos provável devido à natureza fragmentada das instituições políticas. Espera-se muito mais esforço e habilidade dos atores transnacionais no sentido de criarem mobilizações políticas consistentes e duradouras. Há maior possibilidade de surgimento de coalizões opostas devido à heterogeneidade inerente aos sistemas políticos fragmentados (RISSE, 1995).

¹³ O presente trabalho não pretende fazer uma leitura aprofundada sobre regimes internacionais. Para saber mais sobre o tema, ver Krasner (2012).

eficaz para se compreender e determinar o poder político dos atores transnacionais na arena internacional, bem como os impactos das suas atividades transnacionais sobre a política dos Estados (RISSE, 1995).

2.3. A ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS NOVOS ATORES: O CONCEITO DE REDES

Um ator transnacional pode impactar a tomada de decisão dos Estados e assim interferir na política internacional. Como visto na seção anterior, seu poder está condicionado tanto por fatores endógenos, como as estruturas domésticas, quanto por fatores exógenos, como as instituições internacionais. Além disso, existem outros aspectos a serem observados, como a sua articulação com outros atores - sejam esses nacionais ou transnacionais. É em relação a esse ponto que os próximos parágrafos serão desenvolvidos.

Em Poder e Independência (1989), Keohane e Nye afirmam que em meio à Interdependência Complexa existem múltiplos canais¹⁴ de comunicação e atuação que conectam as sociedades e cuja principal consequência é a diluição da diferenciação entre os níveis doméstico e internacional (KEOHANE; NYE, 2011 *apud* ESTRE, 2011). Tais canais podem assumir natureza interestatal (quando ligam Estados), transgovernamental (quando ligam diferentes unidades do governo – como parlamentares, por exemplo), ou transnacional (quando ligam Estados e os novos atores do sistema internacional).

Neste último caso são compreendidos os canais de interação e cooperação¹⁵ que se estendem para além das fronteiras nacionais e nos quais ao menos um dos atores participantes é um agente não-estatal ou não opera em nome de um governo nacional ou Organização Intergovernamental: as “redes transnacionais”¹⁶ (KEOHANE; NYE, 2011). Risse (1995), de forma semelhante e complementar à tal definição, afirma que redes transnacionais são um conjunto de relações que ultrapassam as barreiras nacionais e têm pelo menos um ator não-estatal atuando ao lado de um governo nacional ou uma organização intergovernamental, o que reforça a importância de um alinhamento entre tais atores com as estruturas domésticas, o qual seria um dos condicionantes do poder político dos agentes internacionais e, conseqüentemente, da eficácia da rede transnacional

¹⁴ Tais canais incluem relações informais entre elites políticas, arranjos formais de representantes de relações exteriores, ligações entre elites não governamentais e organizações transnacionais (KEOHANE; NYE, 2011 *apud* ESTRE, 2011).

¹⁵ Slaughter (2006) utiliza os termos “canais de cooperação”, “canais de interação” e canais de “coordenação” como sinônimos para redes.

¹⁶ Para Keck e Sikkink (1998) as redes estão associadas à ideia de comunicação, visto que o elemento chave desse tipo de interação é o compartilhamento de informações entre os atores que as constituem.

Importante adicionar, frente ao exposto, que os estudos sobre fluxos globais (fluxos de pessoas, de recursos financeiros e ideias) caminham juntos com o de redes¹⁷, uma vez que tais fluxos são canalizados justamente através das redes, que por sua vez são sustentadas e modificadas por esses fluxos (BECK, 1999). Em paralelo a isso, por mais que se reconheça que as redes não sejam algo novo - dado que estiveram presentes em outras épocas e de outras formas¹⁸, a configuração atual que assumem é perceptivelmente bem diversa: as redes contemporâneas são mais densas, extensas, e complexas, canalizando fluxos cada vez mais distintos (BEBBINGTON, 2006).

Em meio a essa elevação dos fluxos globais e alterações na configuração das redes, diferentes abordagens teóricas do tema surgiram, principalmente no pós-Guerra Fria, em consonância com as mudanças nas teorias de Relações Internacionais já mencionadas na seção 1.1. Com isso, novas possibilidades surgiram às redes no tocante aos atores que as compõem e às funções que elas podem assumir. Dentre estas conceituações, destacam-se as abordagens de Keck e Sikkink (1998) que, por exemplo, formulam seu estudo sobre redes a partir de canais entre Estados, Organizações Internacionais, ONGs e grupos da Sociedade Civil que se dedicam ao desenvolvimento, promoção e monitoramento da aplicação de normas no sistema internacional. Para as autoras, atores econômicos, firmas, profissionais especializados e cientistas vêm configurando as redes, influenciando a política global e promovendo valores e normas nos seus mais diferentes campos de atuação.

Ademais, Keck e Sikkink (1998) tratam também da existência de redes compostas por ativistas - conhecidas como “Redes de Ativismo Transnacional”¹⁹ (em inglês, *transnational advocacy networks*) - que concentram seus esforços em questões ligadas às áreas de Direitos Humanos e de Direito Ambiental e buscam mobilizar a opinião pública a fim de interferir na tomada de decisão do Estado. Motivadas pela percepção de que determinadas necessidades não são atendidas pelo poder estatal, essas redes compartilham valores específicos, crenças, princípios e um discurso comum. Apesar disso, é importante também mencionar que, por possuírem pouca ou nenhuma regulação, visto que seus componentes são

¹⁷ Redes podem ser aqui entendidas como conjuntos de relações que formam estruturas que, por sua vez, podem restringir e habilitar agentes. Nas relações internacionais são vistas como um modo de organização que facilita a ação e a cooperação coletiva, exerce influência ou serve como meio de governança internacional. Para mais informações, ver Burton, Kahler e Montgomery (2009).

¹⁸ De acordo com Bebbington (2006), há indícios da presença de redes já em períodos como a Antiguidade Clássica e o século XIX.

¹⁹ Keck e Sikkink (1998) afirmam que existem três situações prováveis que levam à formação de redes: quando a comunicação entre grupos domésticos e o governo bloqueada, sendo ineficiente para resolver a situação; quando ativistas acreditam que a formação de uma rede pode aprofundar o impacto de suas campanhas; e quando conferências ou outras formas de contato internacional criam espaços para formar e fortalecer redes.

caracterizados por um baixo grau de institucionalização, redes desse tipo são também mais instáveis, apresentando um alto grau de rotatividade entre os participantes (KECK; SIKKINK, 1998).

Para as autoras, tais redes não têm poder no sentido tradicional das relações internacionais - poder militar ou econômico, mas sim, baseiam-se em sua capacidade de articular informações, estratégias e ideias para modificar o *status quo*. Ainda nessa questão, a troca de informações é crucial para que mobilizações estratégicas em torno de certas dinâmicas possam encontrar sucesso ou conferir algum tipo de mudança na política internacional global, pois quanto mais há essa interação, mais homogênea e forte são as ideias defendidas (KECK; SIKKINK, 1998). É válido ressaltar também que as redes nem sempre causaram esse tipo de impacto, porém, elas conseguiram aumentar significativamente o seu papel dentro dos debates nacionais e internacionais que, por sua vez, podem impulsionar mudanças de maior magnitude (RISSE, 2013).

Alguns outros autores têm seus trabalhos inspirados nessa seara de conhecimento, como Boli e Thomas (1999), que trabalham com o conceito de “Sociedade Civil Transnacional”²⁰. Segundo os autores, haveria uma interação entre movimentos sociais, ONGs e agentes da sociedade civil com os atores estatais e econômicos e isso mudaria o processo de tomada de decisão, pois os Estados não atuariam mais isoladamente. Outra autora que se dedica a tal tema é Anne-Marie Slaughter (2004), que procura estudar a atuação de atores governamentais no âmbito transnacional, trabalhando com as chamadas redes transgovernamentais²¹, que ligam diferentes unidades estatais de países distintos (como as redes de paradiplomacia dos parlamentos). Também são recorrentes na literatura recente as “comunidades epistêmicas”²², as quais, formadas por expoentes e especialistas de determinadas áreas do conhecimento com ideias e propósitos comuns, têm a função de atenuar a incerteza inerente à condução de temas transnacionais complexos (HAAS, 1992).

Ante a todo o exposto, Thomas Risse (2013) acrescenta às redes transnacionais outros integrantes, como as chamadas empresas multinacionais (ou empresas transnacionais), buscando observar o impacto dessas de acordo com a estrutura doméstica e os arranjos sociais dos países em jogo. É importante, neste momento, destacar a importância do teórico supracitado no aprofundamento de conceitos relacionados à transnacionalidade e às redes transnacionais na atualidade. Seus estudos introduzem novos agentes à zona de influência da

²⁰ Para saber mais sobre a Sociedade Civil Transnacional, ver Boli e Thomas (1999).

²¹ Para saber mais sobre Redes Transgovernamentais, ver Slaughter (2004).

²² Para saber mais sobre Comunidades Epistêmicas, ver Haas (1992).

política internacional como, por exemplo, empresas privadas; abordando ainda a relação entre tais redes e a questão do desenvolvimento socioeconômico como um objetivo a ser por elas alcançado (RISSE, 2013).

Essa mesma inserção das multinacionais à literatura de redes por Risse está ligada à recente participação desses atores no fornecimento de bens coletivos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, principalmente com a inclusão da responsabilidade social²³ na cultura organizacional das empresas. Segundo a pesquisadora Anita Kon (2013),

(...) com conscientização dos impactos positivos das ações que dividem com o governo e com a sociedade a responsabilidade de elaboração de instrumentos de apoio social para a diminuição das insistentes desigualdades sociais, a adoção de estratégias de responsabilidade social passa a ser vista pelas empresas como parte integrante de sua cultura organizacional atualizada, e não mais como mero discurso de *marketing* (KON, 2013, p.48).

Essa maior participação empresarial, para Kon (2013), evoluiu tanto pela inclusão da responsabilidade social à cultura organizacional das empresas quanto por meio de solicitações da sociedade civil, transformando-se em uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento econômico. Muitas das empresas que se envolvem com esses temas buscam parcerias com outros atores. Dentre eles, ONGs que apresentem afinidades com as áreas de foco da empresa e que tragam conhecimentos sobre as necessidades, oportunidades e a cultura local do espaço em que se pretende atuar; e governos, através de parcerias público-privadas (PPPs), as quais trazem maior legitimidade perante à população e oferecem informações técnicas sobre os locais às empresas envolvidas (KON, 2013). Em complemento à essa última informação e a critério de curiosidade, Brigitte Geissel sustenta que essas parcerias público-privadas crescem em número especialmente quando relacionadas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) da ONU²⁴, amplamente conhecidos e difundidos internacionalmente (GEISSEL, 2006).

Apesar de todo o exposto acerca da inserção de empresas privadas, ONGs, sociedade civil e outros atores em temas antes considerados apenas de escopo estatal, é relevante

²³ Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2011 *apud* KON, 2013). Para saber mais sobre responsabilidade social empresarial, ver Kon (2013).

²⁴ Em 2015, por força da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio tiveram seu prazo de cumprimento findado, dando lugar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que os seus 193 países membros assinassem a Agenda 2030, um plano global composto por 17 objetivos e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030. Cada objetivo e suas respectivas metas abordam aspectos diferentes que convergem pelo fato de serem essenciais para a viabilidade de uma sociedade sustentável. Todos os países membros da ONU assinaram a agenda 2030 e agora têm que arcar com o compromisso de alcançar as metas dos 17 objetivos, que englobam desde questões econômicas quanto sociais e ambientais. Para saber mais, ver Plan International Brasil (2017).

salientar que atualmente a literatura tem se preocupado mais com a interação entre esses novos atores transnacionais e os Estados do que com uma substituição da visão estadocêntrica por uma mais ligada à sociedade, foco do debate no final do século XX (RISSE, 2013).

Thomas Risse (1995), a fim de compreender melhor essa relação entre esses novos atores transnacionais e os Estados, afirma a importância de se analisar os casos de sucesso e fracasso das redes transnacionais a partir de sua habilidade de persuadir atores governamentais, bem como de entender o impacto que normas e instituições internacionais têm sobre essas mesmas redes, como já mencionado anteriormente. O autor ainda ressalta que seria ilógico afirmar que as relações transnacionais não impactam a política global e que os Estados são dominantes absolutos nesse contexto, visto que há provas da interferência dos novos atores na dinâmica internacional. Portanto, seria necessário deslocar a discussão teórica para a compreensão do funcionamento, da atuação e da composição das redes, além do impacto que elas causam no Sistema Internacional (RISSE, 1995). Diante disso, na próxima seção buscar-se-á abordar um tipo específico de rede, essencial para o estudo aqui proposto.

2.4. UM TIPO ESPECÍFICO DE REDES: REDES PARA O DESENVOLVIMENTO

Há uma longa agenda de pesquisa focada no papel da transnacionalidade²⁵ para o desenvolvimento, que abrange desde trabalhos sobre o colonialismo até estudos em corporações transnacionais e a mídia transnacional (GUPTA; FERGUSON, 1997). Essa literatura emergente destaca-se não apenas pela preocupação no que concerne à como os atores são influenciados pelas redes, mas também sobre como eles se utilizam delas para alcançar suas próprias estratégias e objetivos, sejam estes ligados ao ativismo, negociações comerciais ou ao desenvolvimento (PATEL; MITLIN, 2001).

Para melhor compreensão dessa relação entre transnacionalidade e desenvolvimento, o presente trabalho parte de um recorte geográfico que engloba, sobretudo, a América Latina e Caribe, região que contém um grande número de países do chamado Sul Global²⁶ (HENRY; MOHAN; YANACOPULOS, 2004).

²⁵ “Transnacionalidade” é um termo que deriva de “transnacionalismo”. De modo geral, o termo descreve uma situação de conectividade entre atores estatais e não estatais que ultrapassa as fronteiras dos Estados soberanos e que é proporcionada pelo avanço de novas tecnologias de comunicação. Aponta-se para a existência do transnacionalismo em determinados fenômenos sociais como, por exemplo, o desenvolvimento de fluxos migratórios, a ampliação de grupos terroristas e criminosos e o surgimento de novas identidades culturais. Para mais informações, ver *Transnationalism* (2018)

²⁶ Como trabalhado por Henry, Mohan e Yanacopulos (2004), a região é mais disposta a gerar redes transnacionais de desenvolvimento, principalmente por possuir um grande número de países representantes do Sul Global. De acordo com Caixeta (2014), esse termo “Sul Global” remete à nova “divisão internacional

Segundo o teórico Anthony Bebbington (2003), um dos principais expoentes da literatura que trabalha com tal relação atualmente, nesses o processo de diversificação e aglutinação de atores em redes transnacionais deu-se de maneira intensa ao final do século XX por diversos motivos. Dentre eles, é citada a crise da dívida externa na década de 1980²⁷ que, de acordo com o autor, levou ao enfraquecimento da capacidade de atuação estatal, à deterioração das instituições nacionais e à uma onda neoliberal iniciada após a década de 1990. Tal acontecimento, como ressaltado por Bebbington (2003), contribuiu para o surgimento de novos *players*²⁸ na arquitetura das relações transnacionais, decorrido de um vácuo de atuação estatal em áreas sensíveis, como o desenvolvimento econômico e social (BEBBINGTON, 2003). Nesse contexto, ganharam espaço as redes transnacionais para o desenvolvimento (em inglês *transnational development networks*), mais abrangentes que as de advocacia - que concentram sua atuação em questões humanitárias e ambientais - e focadas na promoção do desenvolvimento econômico e social como uma alternativa ao vácuo deixado pelos agentes estatais (MCFARLANE, 2006).

Ainda de acordo com Bebbington (2003), essas redes transnacionais de desenvolvimento podem ser caracterizadas como “fluxos de ideias, recursos e atividades que desempenham um papel em iniciativas e projetos de desenvolvimento”²⁹ (BEBBINGTON, 2003, p. 300, tradução nossa). Além disso, elas são constituídas pelo relacionamento entre instituições, práticas e conhecimentos e são os canais por onde “pessoas, ideias e recursos circulam, e onde intervenções em lugares específicos são concebidas”³⁰ (BEBBINGTON, 2003, p.300, tradução nossa). Sua composição é de amplo escopo, porém a presença de certos tipos de atores nessas redes, como ONGs, instituições internacionais e empresas multinacionais é mais proeminente³¹, como mencionado por McFarlane (2006) - outro autor importante nesse campo de estudos.

surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia)” (CAIXETA, 2014, p.1).

²⁷ Para mais informações sobre crise da dívida externa latino-americana e suas consequências, ver Luiz Carlos Bresser-Pereira (1993).

²⁸ O teórico não traz dados para refinar tal informação, porém há autores como Muhittin Ataman (2003) que levantam que apenas nos primeiros anos da década de 90 na América Latina surgiram mais de 23.000 novas ONGs - estas que também integram o grupo de novos agentes do sistema Internacional (ATAMAN, 2003).

²⁹ “(...) flows of ideas, resources and activities that play a role in development initiatives and projects”.

³⁰ “(...) people, ideas and resources circulate and in which material interventions in particular locations are conceptualized”.

³¹ O autor se baseia na pesquisa do especialista em estudos globais Jan Nederveen Pieterse (1998) sobre Desenvolvimento Alternativo, Pós-Desenvolvimento e Desenvolvimento Reflexivo para fazer tal afirmação, mas não menciona mais dados ou informações. A pesquisa também não está disponível para consulta. Para mais informações, ver McFarlane (2006).

As redes transnacionais de desenvolvimento podem ter um propósito único, a exemplo daquelas focadas em um projeto desenvolvimentista particular ou em uma negociação política, ou ter propósitos múltiplos, caso em que uma gama extensa de objetivos é perseguida. Independentemente do que buscam, sua formação pode ser mais rígida, quando mantém sempre os mesmos integrantes, ou flexível, quando abarcam encontros e associações entre distintos atores com demandas convergentes (MCFARLANE, 2006). Diante disso, percebe-se o quanto essas redes diferenciam-se umas das outras, cada uma com suas particularidades.

Determinados trabalhos buscam ressaltar algumas dessas particularidades. Com o intuito de caracterizar as redes de desenvolvimento como instrumentos de cooperação flexíveis, Leroi Henry, Giles Mohan and Helen Yanacopulos (2004) afirmam, na obra *Networks as Transnational Agents of Development*, que elas não são formadas por fortes consensos, uma vez que são compostas por atores distintos com interesses próprios, dando margem a disputas internas. Essas diferenças são essenciais para a configuração das redes, dado que determinam o seu foco de atuação de acordo com os interesses dos atores mais relevantes. Isso acaba por refletir em uma distribuição assimétrica de recursos e poder nos projetos de promoção do desenvolvimento resultantes dessas redes (HENRY, MOHAN, YANACOPULOS, 2004).

Nesse contexto, não são apenas as regras e as estruturas das redes que influenciam na determinação de como o desenvolvimento deve ocorrer na prática, as ideias nelas presentes também o fazem. Assim, para Bebbington (2003), a estrutura de certas redes apenas faz sentido quando compreendida conjuntamente às ideias, aos valores e às motivações que fazem desse relacionamento entre seus componentes algo possível. Essas ideias são debatidas internamente e, depois, são convertidas em ações. Para isso, os recursos disponíveis são negociados e distribuídos, e as concepções sobre as melhores práticas de como atingir o desenvolvimento são formuladas (BEBBINGTON, 2003).

Como discutido na seção anterior do presente trabalho, os atores das redes podem precisar de organizações mais formais para perseguir certos tipos de ação. Podem, por exemplo, criar ou ocupar organizações³² no intento de acessar recursos (especialmente recursos financeiros), uma vez que a existência de uma organização formal com *status* legal é muitas vezes essencial para obter a legitimidade requerida para participar de arenas de decisão

³² Os autores citam como exemplos: a criação de uma ONG e a união à uma instituição governamental ou à um grupo organizado e institucionalizado da sociedade civil (HENRY, MOHAN, YANACOPULOS, 2004).

e debate político, afastando incertezas³³ e dúvidas sobre as intenções da rede e sobre o que ela se propõe a fazer (HENRY, MOHAN, YANACOPULOS, 2004). Frente a essa lógica, justifica-se, por exemplo, a existência de atores e de relações mais institucionalizadas em redes de desenvolvimento, as quais lidam tanto com recursos econômicos quanto com o bem-estar da população como um todo (BEBBINGTON, 2003).

Na próxima e última seção do presente capítulo, para o aprofundamento da discussão acerca desse tipo específico de rede, será apresentado um dos instrumentos de estímulo ao desenvolvimento utilizados por essas redes: o empreendedorismo.

2.5. O EMPREENDEDORISMO COMO IMPULSIONADOR DO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento³⁴ pode ser alcançado através de diversos caminhos e estes variam de acordo com a visão de cada autor. Neste trabalho optou-se por trazer para a discussão a vertente que ressalta o papel do empreendedorismo³⁵ para se alcançar tal objetivo, tal como exposto pelos próximos parágrafos, visto que a rede que será estudada é alicerçada nesta vertente.

Para o economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter (1942) o empreendedorismo seria um importante fator impulsionador para o desenvolvimento. O empreendedor, como consequência, seria o principal promotor do desenvolvimento econômico devido à sua função de inovador e à sua capacidade de fazer novas combinações de recursos produtivos. Nesse sentido, Schumpeter introduz o conceito de “destruição criativa”: para ele, o empreendedor, ao incorporar inovações e novas tecnologias, contribuiria para a substituição de produtos e processos ultrapassados, assumindo um papel central no avanço e desenvolvimento da economia e da sociedade³⁶ (LAMBING; KUEHL, 2007 *apud* FONTELENE; SOUSA; LIMA, 2011).

³³ Aqui se pretende levantar tanto a questão da desconfiança ocasionada pela corrupção e desvio de dinheiro em projetos focados no desenvolvimento econômico quanto da compreensão de quais medidas e projetos são realmente relevantes e efetivos para a realidade em que se propõe implementá-los.

³⁴ Compreende-se que a discussão sobre o desenvolvimento é demasiado ampla e que foge do recorte de pesquisa proposto pelo presente trabalho.

³⁵ Para Dornellas (2005), pode-se entender por empreendedorismo o estudo voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à criação de um projeto técnico, científico ou empresarial – e origina-se do termo empreendedor, aquele que cria, abre e gere um negócio.

³⁶ Gomes (2011), em concordância, sustenta que o processo de desenvolvimento econômico demanda a geração de emprego e renda para a população e assim, nos países em desenvolvimento, com dificuldades estruturais mais acentuadas se comparados com países desenvolvidos, o empreendedorismo, ao contribuir para a criação de novos postos de trabalho e para a diversificação da economia, é um importante fator ao desenvolvimento.

Buscando caminhos alternativos para esse desenvolvimento, criou-se, no final do século XX, uma nova modalidade de empreendedorismo que não produz bens e serviços apenas para vender, mas também para solucionar problemas sociais, e que não é direcionada para os mercados, mas para segmentos populacionais em situação de risco. Trata-se do empreendedorismo social (MELO NETO; FROES, 2004).

O empreendedorismo social pode ser definido como uma ação emergente com capacidade de gerar emancipação social e desenvolvimento humano, que tem como principal característica a geração de uma nova forma de consciência e de postura no enfrentamento das questões sociais. Como menciona Oliveira (2004 apud ROSLEN; PELEGRINI; COMINI, 2014), a importância dos homens de negócios para a economia é a mesma dos empreendedores sociais para a mudança social: a principal diferença entre empreendedorismo e empreendedorismo social seria finalidade voltada ao social deste último (OLIVEIRA 2004 apud ROSLEN; PELEGRINI; COMINI, 2014).

No que tange a esse empreendedorismo social, sabe-se que ele está pautado na criação de valor social e na introdução de inovações de metodologia, serviços ou produtos que gerem transformação social e valor social além do valor econômico, indo de encontro à visão schumpeteriana de “destruição criativa” (ROSLEN; PELEGRINI; COMINI, 2014). Assim, o empreendedor social³⁷ busca maximizar retornos sociais ao invés de maximizar apenas o lucro, e os recursos financeiros arrecadados seriam utilizados, por seu turno, em novos programas e ações que permitam que a comunidade e os trabalhadores da organização se desenvolvam de maneira sustentável e saudável (OLIVEIRA *et al*, 2016). Em outras palavras, no empreendedorismo social o “negócio” proposto é o bem-estar social (SILVA, 2009).

Segundo Oliveira (2004),

(...) tanto o conceito como a prática do empreendedorismo social derivam de entendimentos e intenções frente à vontade de mudar o cenário causado pelos impactos de uma globalização de efeitos paradoxais, que ao mesmo tempo em que gera riqueza e ciência e tecnologia, também produz um gigantesco exército de famintos e excluídos, produzidos principalmente pela desigualdade social e econômica, marcada e acentuada pela concentração de renda e problemas sociais históricos, principalmente para os chamados países do terceiro e quarto mundo (OLIVEIRA, 2004, p.58).

Assim, o empreendedorismo social tal qual apresentado é visto como uma das manifestações da “outra globalização”, constituída por redes e alianças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que se mobilizam e atuam internacionalmente na luta

³⁷ Para Silva (2009, p.22), o “empreendedor social é uma espécie no gênero empreendedor, cujo foco central é a missão social e que age através do reconhecimento e busca implacável de novas oportunidades, e engajamento em um processo de contínua inovação, adaptação e aprendizado, que sirvam a essa missão”.

contra a exclusão social, a degradação das condições de trabalho, o desemprego, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente, entre outros temas (SERÃO, 2017; MELO NETO; FROES, 2004; OLIVEIRA *et al*, 2016).

Por fim, como exposto até então, diversas das redes transnacionais apostam no empreendedorismo social como um caminho para o desenvolvimento; ressaltado na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento de 2015 como gerador de empregos, crescimento econômico, melhoria de condições sociais e estímulo à inovação (UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, 2015a). A rede transnacional de desenvolvimento via empreendedorismo na América Latina e Caribe, que essa pesquisa pretende analisar, é justamente um exemplo disso.

2.6. CONCLUSÕES PARCIAIS

Nesse primeiro capítulo, buscou-se uma breve apresentação da discussão acerca do surgimento de novos atores na arquitetura do Sistema Internacional e de como estes passaram a atuar de forma transnacional, principalmente sob os efeitos de um mundo mais globalizado. O poder desses atores e sua capacidade de mudança efetiva na política internacional, como discutido, estariam condicionados por dois fatores: as estruturas domésticas e as instituições internacionais.

A fim de atingirem seus objetivos com maior rapidez e eficácia, esses atores se agrupam de acordo com seus interesses e formam as chamadas Redes Transnacionais - que possuem diversas formas, escopos e objetivos. Aquelas focadas em questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico são denominadas Redes Transnacionais para o Desenvolvimento e estas, por sua vez, muitas vezes se utilizam do empreendedorismo como fator impulsionador para esse desenvolvimento.

É inserido nesse contexto que o presente trabalho agora se direciona para o estudo de uma Rede Transnacional de Desenvolvimento específica: a rede transnacional para o desenvolvimento via empreendedorismo na América Latina e Caribe que, formada sob a égide do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), se propõe a aglutinar diferentes atores - que antes não tinham espaço na arena internacional - em torno de um objetivo comum, sendo este o de promover o empreendedorismo na América Latina e Caribe para alcançar o desenvolvimento econômico e social (MULTILATERAL INVESTMENT FUND, 2017).

3. A REDE TRANSNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO VIA EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Neste capítulo será analisada a rede transnacional que se formou ao redor do Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID), mais precisamente de um de seus braços, o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), e que tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e Caribe através de novos modelos de negócios e, principalmente, através do empreendedorismo. Inicialmente, faz-se necessário apresentar o BID e como ele é estruturado, destacando o FUMIN e suas áreas temáticas de atuação. Em seguida, será apresentada a rede, parte dos atores³⁸ que a compõem e como ela se articula e se comunica para atingir seus objetivos.

3.1. O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (em inglês *Inter-American Development Bank, IDB*) é uma instituição financeira internacional que apoia iniciativas em países latino-americanos e caribenhos para reduzir a pobreza e promover a equidade de modo a fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável (SÃO PAULO, 2017). Sua primeira idealização - muito distinta da forma atual - deu-se na I Conferência Pan-Americana³⁹ em 1890, entretanto quase sete décadas passaram antes que o BID se tornasse realidade (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018a).

Oficialmente criado em 30 de dezembro de 1959⁴⁰ através de um acordo de fundação redigido pela Organização dos Estados Americanos (OEA)⁴¹, o BID tem sua sede em Washington, Estados Unidos, e representações em todos os países mutuários - atualmente é

³⁸ Visto que a rede já possui um tempo considerável de atuação e conta com muitos atores - que variam em importância de contribuição e relevância - optou-se não por fazer um levantamento exaustivo de nomes dos integrantes, mas sim em trazer alguns representantes de diferentes esferas da sociedade.

³⁹ As Conferências Pan-Americanas aconteceram entre 1889 e 1948, sendo que a primeira foi realizada em Washington (1889-1890), sucedida pelas Conferências: do México (1901-1902); do Rio de Janeiro (1906); de Buenos Aires (1910); de Santiago (1923); de Havana (1928); de Montevideu (1933); de Lima (1938) e de Bogotá (1948), quando se dá a formação da Organização dos Estados Americanos. Elas tinham como objetivo a união das nações americanas por meio do fortalecimento político e do comércio na América (DULCI, 2008).

⁴⁰ A criação do BID se deu em meio ao cenário da Guerra Fria, com a fundação da Operação Pan-Americana (OPA) em 1958, principal iniciativa diplomática do governo brasileiro de Juscelino Kubitschek, baseada na proposta de que os EUA assumissem um compromisso político com a erradicação do subdesenvolvimento latino-americano que incluísse a alocação de investimentos públicos. Uma das premissas dessa Operação era a criação de um banco de desenvolvimento regional, que mais tarde veio a tornar-se o BID (SILVA, 1992).

⁴¹ Ainda que tenha nascido sob a égide da Organização de Estados Americanos, não guarda nenhuma relação com essa instituição pan-americana, nem com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou com o Banco Mundial, os quais dependem da Organização das Nações Unidas (ONU) (PRADO 2011).

constituído por 48 países⁴², entre eles 26 membros mutuários⁴³, que têm participação majoritária na organização, e 22 membros não mutuários⁴⁴. Por seus números e atuação, já é considerado o maior banco regional de desenvolvimento a nível mundial⁴⁵, além de ser o mais antigo também (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018a). Na Tabela 1, a seguir, é possível ver a distribuição do poder de voto entre os maiores acionistas.

TABELA 1 - PODER DE VOTO DOS MAIORES ACIONISTAS DO BID

País	Poder de voto
Estados Unidos	30.00%
Argentina	10.75%
Brasil	10.75%
México	6.91%
Venezuela	5.76%
Japão	5.00%
Canadá	4.00%
Chile	2.95%
Colômbia	2.95%
Outros	20.93%

Fonte: Fundo Multilateral de Investimentos (2018d)

⁴² Para que um país seja membro regional do Banco, é necessário que antes seja membro da OEA; para que seja um membro extra-regional o pré-requisito é ser membro do FMI (SHERMA, 2007).

⁴³ Os membros mutuários são: Argentina, Brasil, México, Venezuela, Chile, Colômbia, Peru, Bahamas, Barbados, Costa Rica, Jamaica, Panamá, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Belize, Bolívia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua e Paraguai (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018b).

⁴⁴ Os membros não mutuários do BID são: Estados Unidos, Canadá, Japão, Israel, República da Coreia, República Popular da China e 16 países europeus: Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018c).

⁴⁵ Há também outros bancos de desenvolvimento regional bem atuantes, como o Banco de Desenvolvimento Africano (1964) e o Banco de Desenvolvimento Asiático (1966).

O órgão máximo desta instituição é a Assembleia de Governadores⁴⁶, com representantes indicados por seus países-membros que possuem poder de voto proporcional ao capital aplicado no Banco pelo seu país de origem - são esses governadores, por sua vez, que elegem o presidente da instituição, condutor das atividades diárias do BID (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018a). Até hoje, o BID teve quatro presidentes, todos vindos de países mutuários: Felipe Herrera, chileno, entre 1960 e 1971; Antonio Ortiz Mena, mexicano, entre 1971 e 1987; Enrique Iglesias, uruguaio, entre 1988 e 2005; e, por fim, o atual presidente, Luiz Alberto Moreno, colombiano (SHERMA, 2007).

Em seu Convênio Constitutivo consta um objetivo principal que é mantido até hoje: o de “contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em vias de desenvolvimento”⁴⁷ (BID, 1959, p.7, tradução nossa). Para atingir tal objetivo, concentra seus esforços em programas sociais, modernização do Estado, competitividade empresarial, integração regional e liberalização do comércio (SHERMA, 2007). A partir disso,

(...) devido à limitação de seus recursos e à enorme demanda de assistência financeira na América Latina, o Banco procura selecionar cuidadosamente todos os projetos, observando as normas gerais do Convênio Constitutivo, de dar prioridade a empréstimos e operações de garantia que possam contribuir, mais eficazmente, para o crescimento econômico dos países (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 1960, p.13).

Para compreender melhor o que o BID se propõe a realizar, é válido rever a sua atual Estratégia Institucional, onde se elencam como prioridades:

- 1) Redução da pobreza e as desigualdades sociais;
- 2) Suprimento das necessidades dos países pequenos e vulneráveis⁴⁸;
- 3) Promoção do desenvolvimento através do setor privado;
- 4) Enfrentamento da mudança climática através de energias renováveis e sustentabilidade ambiental; e
- 5) Promoção da cooperação e integração regionais.

Apesar se ser uma instituição financeira, não oferece apenas empréstimos e subsídios, mas também assistência técnica nos projetos em que atua, diferenciando-se de outros bancos internacionais⁴⁹ (SHERMA, 2007). Neste quesito, atua em duas vertentes:

⁴⁶ Ver organograma em Anexo 1.

⁴⁷ “El Banco tendrá por objeto contribuir a acelerar el proceso de desarrollo económico y social, individual y colectivo, de los países miembros regionales en vías de desarrollo”.

⁴⁸ Definido no relatório sobre o Nono Aumento Geral de Capital, estes países-membros mutuários, também conhecidos como os países do Grupo C e D, são Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai.

1) Promovendo cooperação técnica para “preparação, financiamento e execução de planos e projetos de desenvolvimento, incluindo o estudo de prioridades e a formulação de propostas sobre projetos específicos”⁵⁰ (BID, 1959, p. 21, tradução nossa) e;

2) Colaborando na “formação e aperfeiçoamento, mediante seminários e outras formas de treinamento, de pessoal especializado para o preparo e execução de planos e projetos de desenvolvimento”⁵¹ (BID, 1959, p. 21, tradução nossa).

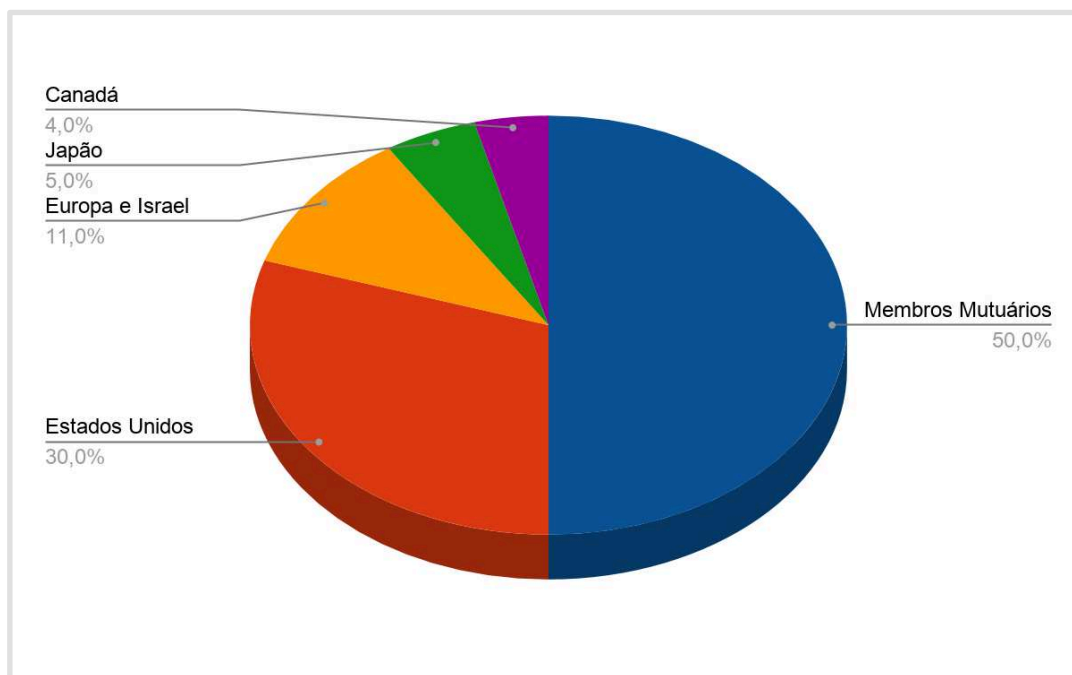
Além disso, o BID, por estar inserido regionalmente e ter em sua composição representantes dos países latino-americanos e caribenhos, possui maior conhecimento dos problemas presentes na região e conta com diversos acadêmicos e tomadores de decisão para criarem alternativas para solucionar tais problemas. Ele é assim uma instituição criada pelos latino-americanos - no sentido de buscar a superação do subdesenvolvimento - para eles mesmos, procurando superar suas principais deficiências (SCHERMA, 2007). Inclusive, os 26 países membros mutuários latino americanos e caribenhos possuem, juntos, 50,02% do poder de voto e ações na Diretoria do BID, sendo a maioria a Organização (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2018b). Na Figura 1, a seguir, é possível ver melhor essa informação.

⁴⁹ As instituições de Bretton Woods, por suas regras mais rígidas, não viabilizaram muitas das propostas submetidas pelos países latino-americanos e caribenhos. Assim, o BID entrou como uma alternativa financeira e também uma ferramenta de assistência técnica para tais países.

⁵⁰ “la preparacion, el financiamiento y la ejecucion de planes y proyectos de desarrollo, incluyendo el estudio de prioridades y la formulacion de propuestas de prestamos sobre proyectos especificos”.

⁵¹ “la formacion y perfeccionamiento, mediante seminarios y otras formas de entrenamiento, de personal especializado en la preparacion y ejecucion de planes y proyectos de desarrollo”.

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO PODER DE VOTO ENTRE MEMBROS MUTUÁRIOS E NÃO MUTUÁRIOS



Fonte: Fundo Multilateral de Investimentos (2018d)

Devido à ambição de seus objetivos e prioridades, o BID não atua isoladamente: trabalha em associação com a região e com os governos dos países membros, além de outros bancos multilaterais de desenvolvimento, organismos públicos, agentes do setor privado, do terceiro setor⁵² e da própria sociedade civil. Por seu poder e prestígio internacional como um intermediário capaz de convocar atores relevantes, gerar e divulgar conhecimento, e mobilizar recursos financeiros para tornar a América Latina e Caribe uma região mais produtiva e igualitária, é referência em questões de desenvolvimento e implementação de projetos na região. Afirmam em seus documentos oficiais, inclusive, que por serem “o principal financiador multilateral da região, com mais de meio século de experiência operacional” dispõem de “redes que possibilitam construir pontes e criar alianças” (NOVA IORQUE, 2015, s.p.).

Para organizar os setores em que atua, os objetivos que possuiu e a sua grande estrutura, o BID foi transformado no Grupo BID, que se dividiu em três instituições principais com funções muito específicas: o Banco Interamericano de Desenvolvimento em si - apresentado acima -, a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) (NOVA IORQUE, 2015).

⁵² “Terceiro Setor é a denominação adotada para o espaço composto por organizações privadas, sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas” (FISCHER, 2002, p. 45).

A Corporação Interamericana de Investimentos foi criada em 1989 e é a única instituição financeira multilateral com foco exclusivo em proporcionar financiamento direto e indireto a pequenas e médias empresas (PMEs) da América Latina e Caribe, o fazendo a partir de empréstimos de longo prazo - visto que essas empresas dificilmente têm acesso na banca comercial. Embora faça parte do Grupo do BID, a CII é independente, com capital e acionistas próprios (DEFOURNIER, 2012).

As modalidades de financiamento utilizadas por ela incluem empréstimos diretos, participações de capital, linhas de crédito a instituições financeiras para repasse dos recursos às PMEs, participações em fundos de investimento e garantias. Além do viés financeiro, a CII oferece assistência técnica personalizada para empresas individuais melhorarem suas práticas financeiras, ambientais e de gestão de negócios por meio do programa que ajuda pequenas e médias empresas a se tornarem mais competitivas e melhorarem seu acesso a fontes potenciais de financiamento (DEFOURNIER, 2012).

A terceira instituição que compõe o Grupo BID é o Fundo Multilateral de Investimentos que, devido à sua importância neste trabalho e à conexão com a rede que aqui se propõe a estudar, terá uma sessão própria.

3.1.1. O Fundo Multilateral de Investimentos

O Fundo Multilateral de Investimentos é um fundo administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento criado em 1993 para se dedicar ao acompanhamento das necessidades crescentes do setor privado, nomeadamente em termos de instrumentos reguladores e apoio direto ao desenvolvimento de projetos (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018a).

Atualmente possui 39 membros doadores⁵³ na América Latina e Caribe, América do Norte, Europa e Ásia, que decidem juntos quais projetos serão desenvolvidos - a distribuição de votos é baseada no volume de contribuição de cada um de seus membros. Ao todo são mais de 100 projetos investidos e desenvolvidos por ano, com custo médio de U\$100 milhões de dólares. Ao escolherem o projeto a ser apoiado, os representantes desses 39 países se unem com outros atores, sendo eles governamentais ou não, para implementá-lo (DEFOURNIER, 2012).

⁵³ Os membros atuais são: Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, Coreia, México, Holanda, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Espanha, Suriname, Suécia, Suíça, Trinidad e Tobago, Reino Unido, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

Em parceria com empresas privadas - principalmente *startups*⁵⁴ emergentes inovadoras (TEIXEIRA, 2017), outros fundos de investimento, governos, organizações não-governamentais (ONGs) e entidades da sociedade civil, o FUMIN vem provendo assistência técnica e investimentos a micro e pequenas empresas em crescimento, fomentando o empreendedorismo, capacitando mão de obra e melhorando o mercado e o acesso a financiamentos via setor privado (DEFOURNIER, 2012). Segundo o próprio FUMIN, ele

(...) serve como um laboratório de inovação do Grupo do BID para promover o desenvolvimento por meio do setor privado, identificando, apoiando, ensaiando e testando novas soluções para os desafios do desenvolvimento e tentando criar oportunidades para as populações pobres e vulneráveis na região da América Latina e Caribe. Para desempenhar esse papel, o [fundo] envolve e inspira o setor privado e colabora com o setor público quando necessário (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018a, s.p., tradução nossa)⁵⁵.

Os financiamentos e cooperação técnica necessários aos projetos são também fornecidos por meio de seu Programa de Empreendedorismo Social⁵⁶, com foco em iniciativas piloto com uma abordagem empresarial voltada a aumentar o acesso de comunidades rurais marginalizadas a financiamentos e mercados, e em melhorar o acesso a serviços básicos. Esse programa, no entanto, é realizado em parceria apenas com os atores do país em que será implementado, diferindo-se um pouco das outras iniciativas que o fundo atua (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018b).

O FUMIN, seja com seus empréstimos mais acessíveis, com seus projetos de desenvolvimento ambiciosos ou com seu grande conhecimento técnico sobre a região que se propõe a atuar, não trabalha sozinho: ele agrupa distintos atores do Sistema Internacional que estejam alinhados às mesmas ideias e objetivos, formando uma verdadeira rede que transborda fronteiras físicas e age de maneira transnacional em prol do desenvolvimento socioeconômico da América Latina e Caribe - o que será exemplificado ao longo do presente

⁵⁴ *Startup* é uma organização temporária em busca de um modelo de negócio escalável, recorrente e lucrativo. Pode-se dizer que os fundadores e idealizadores dessas novas organizações são, por conceito, empreendedores (BLANK; DORF, 2014 *apud* ROCHA, 2016).

⁵⁵ “El FOMIN sirve como laboratorio de innovación del Grupo BID para promover el desarrollo a través del sector privado identificando, apoyando, ensayando y probando nuevas soluciones para los retos de desarrollo y procurando crear oportunidades para las poblaciones pobres y vulnerables en la región de América Latina y el Caribe. Para desempeñar este papel, el FOMIN involucra e inspira al sector privado y colabora con el sector público cuando sea necesario”.

⁵⁶ O Programa de Empreendedorismo Social (PES) promove o desenvolvimento e a implantação de mecanismos de financiamento que fornecem soluções sustentáveis para os problemas socioeconômicos que afetam as populações pobres e marginalizadas. O PES fornece financiamento através de organizações parceiras locais para indivíduos e grupos que normalmente não têm acesso a empréstimos comerciais ou de desenvolvimento sob as condições normais de mercado. Neste programa, o Banco concede empréstimos e subvenções a empresas privadas, sem fins de lucros e organizações locais ou regionais que fornecem serviços financeiros, comerciais, sociais e de desenvolvimento comunitário a populações desfavorecidas.

capítulo. A próxima seção será dedicada justamente a essa rede criada e impulsionada pelo FUMIN - e identificada pela autora.

3.2. O SURGIMENTO DA REDE TRANSNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO VIA EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE E SUA ARTICULAÇÃO

Como mencionado na primeira seção do capítulo 1, os Estados passaram a dividir espaço na arena global com outros atores (KEOHANE; NYE, 1971) e estes, por sua vez, trouxeram novas temáticas a serem discutidos na agenda internacional (CASTELLS; GERHARDT, 1999). O próprio BID é um exemplo disso: apesar de ser concebido como uma instituição financeira - que estruturalmente não fugiria muito dos padrões já conhecidos, atentou-se às oportunidades e mudanças no cenário internacional e reinventou-se atuando de forma transnacional, abordando temáticas antes discutidas majoritariamente em meio a agentes governamentais e aglomerando uma gama diversa de *players* para atingir seus objetivos - como discutido até agora no capítulo 2. A seção atual busca mostrar como o BID, mais precisamente um de seus braços - o FUMIN -, contribuiu para o surgimento de uma rede transnacional na América Latina e Caribe em consonância com as mudanças no cenário internacional acima lembradas.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, percebendo o surgimento de novos atores no cenário político internacional e buscando novas formas de alcançar o desenvolvimento socioeconômico na região, viu em seu Fundo Multilateral de Investimentos uma oportunidade de testar teorias e novos modelos de negócio, como menciona Dora Moscoso⁵⁷ (2017, entrevista oral), especialista de projetos do FUMIN. Ela explica que “o BID sempre se relacionou com outros *players* internacionalmente e é muito disruptivo nessa questão” (MOSCOSO, 2017), visto que seus empréstimos eram realizados majoritariamente entre o banco e atores privados, e não com Estados como geralmente se fazia. Esse pensamento foi repassado ao FUMIN que, apesar de possuir vocação⁵⁸ para trabalhar com o setor privado, expandiu a sua gama de parceiros e, conseqüentemente, seu potencial de atuação (MOSCOSO, 2017).

⁵⁷ A especialista em projetos para a América Latina e Caribe do FUMIN, Dora Moscoso, foi entrevistada pela autora em 16 de outubro de 2017.

⁵⁸ Moscoso explica que o FUMIN foi pensado para trabalhar apenas com o setor privado e todos os seus mecanismos internos foram desenvolvidos para tal.

Por possuir uma forte presença regional, o FUMIN não só opta por trabalhar com sócios locais, majoritariamente privados - conhecidos por seu potencial inovador, seu conhecimento do espaço e habilidade de promover e escalar soluções desenvolvidas em conjunto com o Fundo -, mas também com aliados internacionais que compartilhem de suas metas, como corporações transnacionais, fundações, organizações não-governamentais e outras organizações multilaterais. Em suma, o FUMIN atua como um agente de conhecimento e como centro de uma rede de mais de dois mil atores locais e internacionais ligados à promoção do desenvolvimento socioeconômico na América Latina e Caribe (DEFOURNIER, 2012). Nos próximos parágrafos será apresentado um pouco mais sobre esses atores e por que o Fundo optou por trabalhar em conjunto com eles, formando uma rede extensa e heterogênea.

O FUMIN, como já citado, está no centro dessa rede e é o responsável por conduzir projetos⁵⁹ que promovam o desenvolvimento regional via empreendedorismo, atraindo, dessa forma, outros integrantes e apoiadores que possuam os mesmos ideais e objetivos. Segundo Moscoso (2017, entrevista oral), o Fundo conecta diferentes “personagens” que possam trazer visões opostas de um mesmo problema e que, conseqüentemente, dispõem de ferramentas e metodologias próprias para solucioná-lo. Assim, de acordo com ela, enquanto uma empresa privada possui amplo conhecimento de mercado e economia, uma ONG tem uma visão mais humanitária e pessoal de uma situação e um órgão público concentra conhecimento técnico e credibilidade ante o local onde o projeto será implementado - o conjunto que esses atores configuram, por seu turno, aumenta a probabilidade de sucesso das atividades por eles conduzidas.

Ao ser questionada sobre o porquê de se trabalhar com os representantes governamentais, Dora Moscoso (2017, entrevista oral) afirmou que ações que obtenham apoio do governo são mais fáceis de serem implementadas e isso se dá por diversos motivos⁶⁰: em primeiro lugar, apesar do FUMIN conhecer a dinâmica latino-americana e caribenha, os governos locais conhecem de forma muito mais aprofundada as necessidades dos seus habitantes, o funcionamento de sua economia e os sistemas político e jurídico, tornando assim os projetos mais relevantes e adaptados para os locais onde serão implementados; em segundo lugar, há uma facilitação de penetração no tal local, visto que o apoio dos governos, nas

⁵⁹ Em tais projetos participa como instituição financiadora de empréstimos e também fornecedora de conhecimento técnico (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018c).

⁶⁰ Como mencionado no primeiro capítulo, Kon (2013) acredita que uma parceria público-privada traz mais legitimidade perante à população e também traz informação técnica e dados locais obtidos pelo governo para o parceiro privado que está atuando em conjunto.

palavras de Moscoso, “abrem portas”⁶¹ que seriam de difícil acesso caso se optasse por trabalhar sem eles; por fim, em terceiro lugar, há um maior engajamento por parte da população, que acaba conhecendo mais facilmente o projeto a ser implementado - através de propaganda do próprio governo - e reduz sua desconfiança com relação às motivações dos atores participantes e à efetividade das ações propostas.

Em relação à formação de parcerias com o poder público⁶², não apenas o Fundo mas também o próprio BID acreditam que, como instituições financeiras multilaterais de desenvolvimento, podem desempenhar um papel importante na “criação de ambientes adequados para atrair o investimento privado, proporcionar assistência independente a preparação de projetos e eliminar lacunas de financiamento” (MICHELITSCH *et al*, 2017, p.4) - problemas que o setor público enfrenta constantemente -, tornando essa parceria público-privada⁶³ benéfica para ambos os lados.

Além de manter laços com o governo, o FUMIN também conta com a presença de grandes instituições internacionais em seus projetos, como a Organização das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁶⁴, por exemplo, o que, para Moscoso (2017, entrevista oral), traz mais conhecimento dos projetos que serão implementados e maior aceitação internacional por parte dos outros países. É importante destacar, no entanto, que o FUMIN optou - e opta - por não trabalhar com tais instituições em muitos de seus projetos. Isso se dá, sobretudo, devido à sua preferência por atuar com outros atores menores - o que gera maior dinamismo, visto que o trâmite burocrático é mais reduzido. Ademais, a instituição já é considerada relevante e também já é respeitado pela comunidade internacional mesmo quando não se associa à tais instituições⁶⁵ (MOSCOSO, 2017).

⁶¹ Ao ser questionada sobre que portas Moscoso estava se referindo, a especialista em projetos afirmou que há muitos entraves jurídicos em alguns países latino-americanos e caribenhos e que, por isso, ter o apoio do governo eliminaria grande parte desses entraves. Além disso, estar em conjunto com o governo reduziria a desconfiança por parte da população em relação às motivações da presença externa no local (MOSCOSO, 2017).

⁶² Os projetos feitos em parceria com o poder público são, em sua grande maioria, relacionados à infraestrutura.

⁶³ Não existe uma definição única, internacionalmente reconhecida do que seria uma parceria público-privada e Michelitsch *et al* (2017) utilizam uma definição mais generalista: “Um contrato de longo prazo entre um parceiro privado e uma entidade pública para proporcionar um bem ou serviço público, em que a parte privada assume um risco importante e a responsabilidade pela administração, com a remuneração condicionada ao desempenho” (MICHELITSCH *et al*, 2017, p.1).

⁶⁴ Algumas dessas parcerias com tais instituições encontram-se no Anexo 1.

⁶⁵ Pelo FUMIN já ser a instituição internacional respeitada e conhecida internacionalmente na rede em que está inserido, acaba se preocupando muito mais em ter boas relações com as estruturas internas do país onde irá atuar do que obter legitimidade perante à comunidade internacional. Ao se comparar com a análise das estruturas internas e das instituições internacionais de Thomas Risse, percebe-se que as primeiras são mais valorizadas neste caso.

Somado ao poder público e a outras instituições internacionais, o Fundo atrai ainda para a sua rede Organizações Não-Governamentais que geralmente possuem um número relevante de voluntários para atuar nos projetos, mas não os recursos financeiros para implementá-los isoladamente (MOSCOSO, 2017). Como exemplo, pode-se citar o projeto “Geração Empreendedora”, que contou com a participação da Aliança Empreendedora⁶⁶ e que objetivava apoiar jovens microempreendedores - ou que possuíam interesse em empreender - sobretudo por meio de capacitações técnicas (KODAMA, 2011). A ONG, que possuía uma gama extensa de voluntários, teve a sua falta de recursos para a sua execução básica suprida justamente pelo Fundo.

Apesar de todo o exposto, a presença mais relevante em volume e importância na rede - e conseqüentemente, nas interações do FUMIN - é a do setor privado⁶⁷, destacando-se aqui as empresas locais, multinacionais, *startups* e negócios sociais. O contato mais intenso com tal grupo se justifica a partir da preferência da instituição por trabalhar “com aqueles que colaboram com uma parte importante na divisão dos custos dos projetos e com os recursos básicos para levar a cabo as operações”⁶⁸ (ESPELT, 2015, p.2, tradução nossa). Segundo Moscoso (2017, entrevista oral), o setor privado é quem realiza os financiamentos com o Fundo e, dessa forma, é o grande responsável por manter a estrutura do mesmo financeiramente saudável - ademais, é válido salientar que é também considerado mais dinâmico e menos burocrático que os outros setores, o que facilita o processo como um todo.

É pertinente ressaltar que esse movimento que leva a uma participação mais elevada de atores privados nas redes como a aqui exposta é algo que a literatura vem trabalhando recentemente, porém ainda não há uma pesquisa exaustiva com conceitos bem definidos acerca disso. Como debatido no primeiro capítulo, Thomas Risse (2013) é um dos teóricos que estudam esse cenário - principalmente em relação às empresas multinacionais - sem, no entanto, trabalhar de forma aprofundada as motivações de tais empresas. Diante dessa lacuna, ao observar a participação mais ativa das multinacionais em assuntos que envolvam o desenvolvimento socioeconômico - como as redes transnacionais de desenvolvimento -, Anita Kon (2013), como já mencionado, destaca que tal fato não pode ser visto apenas como um

⁶⁶ A Aliança Empreendedora é uma ONG, intitulada OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que tem sede em Curitiba, e atua em todo o Brasil, a partir dos escritórios de São Paulo, Curitiba e Recife, e uma rede de organizações aliadas. Trabalha principalmente com o apoio ao empreendedorismo de baixa renda para a redução da pobreza e desigualdade social. Sua visão é "Fazer da Economia um Lugar para Todos", atuando em parceria com empresas e governos (KODAMA, 2011).

⁶⁷ Consultar Anexo 1.

⁶⁸ “En la región, trabaja con socios locales del sector privado, principalmente con quienes colaboran con una parte importante en los costos de los proyectos y con los recursos básicos para llevar a cabo las operaciones”.

mero discurso de *marketing*⁶⁹ e que conceitos como responsabilidade social inclusos na cultura organizacional das empresas e o surgimento de negócios sociais - o chamado empreendedorismo social⁷⁰ - precisam ser levados em consideração no estudo das motivações.

Para que tantos *players*, como os já mencionados, se reúnam e possam cooperar e interagir na configuração de rede aqui explorada, foram criados alguns mecanismos pelo FUMIN que são responsáveis por conectá-los e articulá-los. O primeiro mecanismo relaciona-se à proposição do projeto a ser implementado: para efetuar-la, o projeto deve ser submetido de maneira estruturada, com uma abordagem inovadora e uma ideia central clara que esteja relacionada à promoção do desenvolvimento socioeconômico na América Latina e Caribe por meio do empreendedorismo⁷¹ (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018e). Essa submissão pode ser feita de maneira *online*⁷², pelo site oficial do BID ou, como é comumente feito, via escritórios das representações locais do FUMIN nos países membros (MOSCOSO, 2017). O proponente deverá apresentar⁷³:

- 1) O problema que pretende resolver, como o identificou e quais as consequências que ele traz;
- 2) A solução que está propondo, como ela se diferencia das já existentes e como ela pretende contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região latino-americana e caribenha;
- 3) O investimento necessário para tirá-la do papel, destacando aqui o quanto precisará financiar através do Fundo e também através de outras fontes, se necessário;
- 4) Que tipo de conhecimento mais técnico pode ser provido pela instituição;
- 5) Os atores da sociedade - sendo eles nacionais ou internacionais, privados ou públicos - que já mobilizou em prol da sua causa e quais ainda pretende mobilizar;
- 6) O respaldo que a sua solução poderá ter em outras áreas, principalmente às relacionadas ao setor privado e que envolvam o fomento ao empreendedorismo;

⁶⁹ Essa ideia é melhor trabalhada no primeiro capítulo desse trabalho.

⁷⁰ Ver o conceito de empreendedorismo social, presente na seção 2.5 deste trabalho.

⁷¹ Podem-se mencionar caminhos como a capacitação de mão-de-obra, criação de projetos que estimulem o setor privado a crescer e que movimentam a economia, implementação de tecnologias disruptivas, apoio à pequenas e médias empresas de base tecnológica e com soluções inovadoras, entre outros.

⁷² Para saber mais sobre como submeter um projeto de maneira online, ver Banco Interamericano de Desenvolvimento (2018e).

⁷³ Essas informações foram obtidas através do site oficial do Banco Interamericano de Desenvolvimento (2018f) e de uma entrevista com a especialista em projetos da instituição, Dora Moscoso (2017, entrevista oral).

- 7) As perspectivas de duração do projeto, de sucesso que ele poderá obter e quais os possíveis problemas que enfrentará nesse tempo;
- 8) Como o conhecimento acumulado poderá ser replicado em outros lugares e como o proponente pretende difundir as informações obtidas⁷⁴;
- 9) O plano de retorno do investimento fornecido pelo FUMIN⁷⁵;
- 10) Um *pitch*⁷⁶ oral e escrito com todas essas informações para divulgação.

Além de propor um novo projeto e assim adentrar a rede, é possível compor alguma iniciativa que já esteja em andamento, utilizando-se do segundo mecanismo do FUMIN: o de parcerias. Para utilizá-lo, estes são os caminhos mais comuns: de acordo com Moscoso (2017, entrevista oral), caso o ator já tenha participado de alguma atividade da rede ou opte por assinar a *newsletter*⁷⁷ do Fundo, receberá um informativo online segmentado de acordo com o interesse por ele demonstrado – como temas ambientais ou educacionais, por exemplo –, permitindo que escolha o projeto com o qual gostaria de interagir; outro meio é relacionar-se com a representação local da instituição, que possui uma lista dos projetos em execução no país em que está alocada; e, por fim, é possível também acessar tais informações *online*, por meio do site oficial do FUMIN, na seção “Parcerias” (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018d).

Além de todas essas opções apresentadas, é possível também que integrantes de projetos existentes convidem outros atores que já conheçam e que já tenham se relacionado previamente, sobretudo por possuírem aspirações e objetivos convergentes com os seus – como menciona Henrique Bussacos (2017, entrevista oral), responsável pelo setor de parcerias do *Impact Hub Network* na América Latina e parceiro do Fundo⁷⁸.

Percebe-se, diante de tais mecanismos, a existência de um grande número de participantes se articulando e se conectando por meio de iniciativas em comum na rede – tornando-a extensa e diversificada – mesmo nos casos em que muitos deles não estejam

⁷⁴ O Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento possui uma base de dados que reúne as principais publicações relacionadas à ele e seus setores, sendo estas de produção própria ou externa, também contendo os aprendizados dos projetos já implementados pela rede. Essa base é gratuita, pública e disponibilizada em seu site oficial. Para mais informações, ver Banco Interamericano de Desenvolvimento (2018g).

⁷⁵ O FUMIN, apesar de ser um fundo que, na maior parte dos casos, recebe um retorno do investimento que injeta, possui diversas modalidades de financiamento que se propõem a ser flexíveis e adaptadas à realidade latino-americana e caribenha. Para mais informações sobre essas modalidades, ver Multilateral Investment Fund (2015).

⁷⁶ Um *pitch* é uma ferramenta para se expor um projeto inovador de maneira objetiva e concisa, que consiste em um formato enxuto de apresentação com as principais informações a serem transmitidas ao ouvinte (FERREIRA, 2016).

⁷⁷ Palavra que significa “boletim informativo” em inglês.

⁷⁸ Essa informação foi obtida através de uma entrevista feita pela autora em 31 de outubro de 2017, com Henrique Bussacos, responsável pelo setor de parcerias da *Impact Hub Network* na América Latina.

geograficamente próximos. Isso, por sua vez, só foi viabilizado com o processo iniciado pela globalização, que reduziu fronteiras físicas através do desenvolvimento de tecnologias de comunicação e de transporte, tornando o mundo mais conectado: de acordo com Moscoso (2017, entrevista oral), grande parte das reuniões entre os atores são feitas de forma online, via *skype*, e a comunicação como um todo - principalmente no que concerne ao andamento dos projetos - via *e-mail*. Em casos especiais, como projetos mais complexos ou reuniões decisivas, os participantes viajam até Nova Iorque, onde está o BID e suas instituições, para encontros presenciais.

Até o momento, à critério de curiosidade, são ao todo 2291 projetos que envolveram aproximadamente 2000 atores diferentes e movimentaram cerca de 1.95 bilhões de dólares⁷⁹. Tais iniciativas se dividiram/dividem em temas como remessas, microfinanças, capital de risco, turismo sustentável, comércio e investimento, parcerias público-privadas, empreendedorismo, responsabilidade social corporativa, tecnologia e capacitação de jovens (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018e). A Tabela 2, abaixo, quantifica o exposto, além de salientar a distribuição da atuação da rede por país latino-americano e caribenho.

TABELA 2 - PRESENÇA DO FUMIN NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

País ⁸⁰	Número de projetos	Valor investido
Brasil	179 projetos	US\$186 milhões aprovados
México	152 projetos	US\$159 milhões aprovados
Colômbia	148 projetos	US\$122 milhões aprovados
Perú	156 projetos	US\$108 milhões aprovados
Argentina	98 projetos	US\$91 milhões aprovados
Bolívia	112 projetos	US\$76 milhões aprovados
Chile	92 projetos	US\$68 milhões aprovados

⁷⁹ Informação obtida em 30 de maio de 2018 no site oficial do FUMIN.

⁸⁰ Para ver de forma mais detalhada os projetos por país e seus impactos, ver Fondo Multilateral de Inversiones (2018c).

El Salvador	97 projetos	US\$59 milhões aprovados
Equador	98 projetos	US\$57 milhões aprovados
Uruguai	86 projetos	US\$56 milhões aprovados
Honduras	79 projetos	US\$52 milhões aprovados
Haití	85 projetos	US\$50 milhões aprovados
Nicaragua	88 projetos	US\$46 milhões aprovados
Costa Rica	45 projetos	US\$41 milhões aprovados
Guatemala	71 projetos	US\$39 milhões aprovados
República Dominicana	64 projetos	US\$38 milhões aprovados
Panamá	54 projetos	US\$35 milhões aprovados
Paraguai	59 projetos	US\$35 milhões aprovados
Jamaica	45 projetos	US\$26 milhões aprovados
Trindade e Tobago	42 projetos	US\$24 milhões aprovados
Belize	20 projetos	US\$9 milhões aprovados
Guiana	24 projetos	US\$9 milhões aprovados
Venezuela	26 projetos	US\$9 milhões aprovados
Suriname	19 projetos	US\$8 milhões aprovados
Bahamas	18 projetos	US\$7 milhões aprovados
Barbados	18 projetos	US\$5 milhões aprovados

Fonte: Fundo Multilateral de Investimentos (2018c).

Aqui, é importante também ressaltar a flexibilidade dessa rede estruturada a partir do FUMIN: como os projetos implementados ocorrem dentro de um determinado período de tempo e, portanto, com datas previstas de encerramento, a rede está constantemente se reconfigurando. Ao concluírem uma iniciativa, os atores se reagrupam e decidem se querem ou não participar de um outro empreendimento alicerçado no Fundo - em relação a isto, é válido mencionar a existência de casos em que novas iniciativas, também focadas no desenvolvimento socioeconômico via empreendedorismo da região, são implementadas sem a presença da instituição por atores conectados a partir da rede formada inicialmente pelo FUMIN. A título de exemplo, Bussacos (2017, entrevista oral) relata a realização de programas educacionais - como o *Impact Hub Latin America Scaling Program*⁸¹ - pela organização que representa em parceria com a *Argidius Foundation*⁸², que também já integrou projetos com o *Impact Hub Network*⁸³ por intermédio do Fundo Multilateral de Investimentos.

Independente dos atores participantes, do local onde o projeto será implementado e de como ele será estruturado, o *link* da rede é o empreendedorismo. Em relação a isso, Kantis *et al* (2004), pesquisadores do FUMIN, afirmam que, para a instituição,

(...) o desenvolvimento de um setor privado vigoroso, inovador, socialmente responsável e integrado aos fluxos internacionais de comércio e investimento por meio do fomento ao empreendedorismo é fundamental para um desenvolvimento socioeconômico mais acelerado na América Latina e no Caribe. A criação de empresas dinâmicas é um dos pilares para o desenvolvimento do setor privado. Ao desenvolver novos negócios para satisfazer as necessidades da população, os empreendedores elevam os índices de produtividade e geram empregos (KANTIS *et al*, 2004, p.3).

⁸¹ O *Impact Hub Scaling Program* é uma iniciativa entre o Impact Hub, a *Argidius Foundation* e a Comissão Europeia *AL-Invest*, que têm como objetivo contribuir para a redução da pobreza na América Latina por meio do apoio ao desenvolvimento de 60 micro, pequenas e médias empresas sociais do México, Costa Rica, Guatemala, Colômbia e Brasil - e que queiram escalar seus negócios regionalmente e até mesmo internacionalmente. Ver Lina López (2018).

⁸² A *Argidius Foundation* é uma fundação com sede na Suíça que promove o crescimento de pequenas e médias empresas, a fim de melhorar a vida dos pobres através do aumento da geração de renda. A Argidius acredita que o empreendedorismo é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável, pois as empresas criam empregos e geram renda e, portanto, são fundamentais para reduzir a pobreza. Para mais informações, ver Argidius Foundation (2015).

⁸³ O *Impact Hub Network* é uma rede global de empreendedores focada em construir comunidades para causar impacto social em escala. Com mais de 100 unidades espalhadas pelo mundo, - que conectam mais de 17 mil membros - são, segundo eles - a “a maior plataforma de aceleração e colaboração do mundo para mudanças positivas” e têm como missão a construção de ecossistemas para impulsionar a colaboração e a inovação empreendedora em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso é feito por meio de unidades localmente instaladas, bem como parceiros e redes aliadas. Trabalham, principalmente, com 3 pilares: escritórios compartilhados e colaborativos - chamados de *coworkings* -, eventos - para conectar pessoas, disseminar conhecimento e engajar grupos ao redor de causas relevantes - e programas educacionais - para fornecer capacitação e aceleração a empresas e empreendedores. Para saber mais, ver Impact Hub Global Community (2018).

Por dar tamanha importância ao empreendedorismo, o Fundo - assim como o Banco Interamericano de Desenvolvimento - vem trabalhando para o seu desenvolvimento na região tanto operacionalmente quanto por meio da produção de informação sobre o fenômeno do empreendedorismo em si. Assim,

(...) por meio de diversos projetos, como competições entre empreendedores, serviços de treinamento e assistência técnica, incubadoras e fundos de investimento e garantia, ele [FUMIN] estabeleceu um claro compromisso de fomentar a criação de empresas, principalmente as médias e pequenas, e o espírito empreendedor na América Latina e no Caribe (KANTIS et al., 2004, p.3).

Por mais que o foco da rede seja o desenvolvimento do empreendedorismo em si - com ênfase em empresas de base tecnológica -, grande parte das empresas que estão envolvidas nessa missão são também voltadas ao empreendedorismo social, buscando não apenas o lucro em suas ações, mas também a resolução de problemas que são comuns à região e que não foram solucionados pelos caminhos mais ortodoxos (MOSCOSO, 2017). De forma complementar, Bussacos (2017, entrevista oral) ressalta que tanto a rede quanto a *Impact Hub Network* acreditam que tão importante quanto o desenvolvimento econômico é o desenvolvimento socioeconômico equilibrado - onde a sociedade e seus setores evoluam como um todo, e não apenas uma parte de forma discrepante -, concretizado pelo fomento local do empreendedorismo por atores que creem que negócios e impacto social “caminham juntos”.

Todos os esforços da rede, por mais que tenham o empreendedorismo como ferramenta impulsionadora para o desenvolvimento socioeconômico da região - enfatizando aqui o empreendedorismo social - são concentrados em 3 áreas temáticas principais, divisão essa feita em consonância com a própria estrutura interna do FUMIN: Agricultura Climaticamente Inteligente, Cidades Inclusivas e Economia do Conhecimento. Diante disso, os integrantes da rede acabam optando por essas áreas de acordo com a temática que mais possuem afinidade - sendo comum, no entanto, que o mesmo ator esteja presente em mais de uma delas. Essas três áreas cobrem muitas das prioridades de desenvolvimento mais urgentes da América Latina e Caribe: desde a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, o melhoramento na qualidade de vida das pessoas que vivem em áreas urbanas de rápido crescimento, até a criação e a colocação de indivíduos em postos de trabalho do século XXI (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018e).

As próximas subseções pretendem abordar com mais detalhes tais áreas e também trazer exemplos de projetos realizados em cada uma delas, o que auxiliará na compreensão de

como a rede funciona e no que ela se envolve. Tal divisão, como já mencionado, está relacionada à própria estrutura interna do Fundo Multilateral de Investimentos.

3.2.1. O Setor de Agricultura Climaticamente Inteligente e sua Atuação

A agricultura possui um papel fundamental na conquista da segurança alimentar, redução da pobreza e promoção do desenvolvimento⁸⁴ em todo o mundo. Entretanto, para responder ao crescimento da população e satisfazer a crescente demanda de alimentos, a produção agrícola mundial precisa quase dobrar até 2050. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas estão se mostrando uma ameaça crescente: para cada grau Celsius que aumenta na temperatura global, a perda potencial de rendimento de grãos é de cerca de 5% (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018f).

Tendo em vista a importância da agricultura para o desenvolvimento socioeconômico, o FUMIN criou o setor de Agricultura Climaticamente Inteligente⁸⁵. Este setor vem criando oportunidades para os mais pobres e em situação de vulnerabilidade na América Latina e Caribe por meio da inovação no setor privado, trabalhando com produtores e vários atores da agroindústria para promover o uso eficiente de recursos, implementar melhores práticas e tecnologias, e adotar uma abordagem de cadeia de valor que aumente o acesso aos mercados e melhore a resiliência. Seus esforços estão concentrados em: aumentar a produtividade agrícola; apoiar iniciativas que reduzam ou evitem a emissão de gases que causam o efeito estufa; e implementar estratégias de adaptação que previnam ou minimizem os danos causados pelas mudanças climáticas. Até hoje já foram desenvolvidos 100 projetos⁸⁶ ao todo (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018f) e, para melhor compreender a atuação deste setor, será descrito um projeto que o integra na seção a seguir.

3.2.1.1. Programa de Fomento à Cultura Empreendedora: Bolívia

Empreender demanda esforço e perseverança por parte do empreendedor, mas seu sucesso não está condicionado apenas a isso: o ecossistema em que ele se encontra é um fator-

⁸⁴ Este trabalho não se propõe a estudar a fundo a relação entre agricultura e desenvolvimento. Caso haja interesse em um maior aprofundamento do tema, recomenda-se a leitura “*The Role of Agriculture in Economic Development*” de Bruce F. Johnston and John W. Mellor (1961).

⁸⁵ Para saber mais sobre o setor de Agricultura Climaticamente Inteligente, ver Fondo Multilateral de Inversiones (2018f).

⁸⁶ Todos os projetos, atores que os integram e resultados desse setor podem ser conferidos em Fondo Multilateral de Inversiones (2018c).

chave a ser analisado. Tendo em vista essa afirmação, diversos bolivianos que possuem vontade e talento para empreender acabam esbarrando em um ecossistema mais hostil, o que impõe barreiras para seu desenvolvimento e dificulta o processo como um todo. Ao se depararem com essa situação, seis atores distintos firmaram um acordo regional que deu origem ao Programa de Fomento à Cultura Empreendedora na Bolívia, em 2005 (FUNDACION PARA LA PRODUCCION, 2008).

A Fundação para a Produção (FUNDA-PRÓ)⁸⁷, a Corporação Andina de Fomento (CAF)⁸⁸, a Universidade Católica Boliviana (UCB)⁸⁹, a Fundação Neoempresa⁹⁰, o Grupo *Nueva Economía*⁹¹ e o FUMIN se uniram na construção e execução de um programa que teve como objetivo conceder financiamento, capacitação, assistência técnica e informação a empreendedores e pequenas empresas dinâmicas da região ligados à sustentabilidade - o que levou a um fomento da cultura empreendedora no país e impulsionou a criação e o fortalecimento de novos negócios. Segundo José Jiménez, diretor do Programa, a iniciativa é “destinada ao apoio a empreendedores para que estes possam dar início a empresas dinâmicas, sustentáveis, inovadoras e que gerem bens e serviços com valor agregado mediante financiamentos e apoio técnico” (FUNDACION PARA LA PRODUCCION, 2008, p.1) e, para isso, conta tanto com a participação dos integrantes do projeto quanto com o governo boliviano – este que, segundo Jiménez, é beneficiado pela criação de empresas formais, geração de empregos e aquecimento da economia.

O projeto foi uma iniciativa da FUNDA-PRÓ, que solicitou apoio financeiro e técnico do FUMIN e da rede que ele está inserido. Foram investidos aproximadamente US\$ 400,000.00, que resultaram na capacitação de funcionários de 20 negócios existentes do país e também na criação de 5 novas empresas dinâmicas e sustentáveis (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018c).

⁸⁷ A FUNDA-PRÓ é uma fundação boliviana sem fins lucrativos que tem como objetivo o desenvolvimento social e econômico do país, apoiando o crescimento e a solidez da base produtiva da economia nacional. Para mais informações, ver Funda-pró (2018).

⁸⁸ A CAF é uma instituição financeira multilateral, com sede em Caracas, criada para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a integração regional através de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio em estruturação técnica e financeira de projetos dos setores público e privado da América Latina. Para mais informações, ver Corporação Andina de Fomento (2018).

⁸⁹ A UCB é uma universidade privada com sede na cidade de La Paz, Bolívia. É uma das instituições educacionais mais importantes e representativas do país, sendo reconhecida como a terceira melhor universidade da Bolívia e uma das 300 melhores universidades da América Latina. Para mais informações, ver Universidad Católica Boliviana (2018).

⁹⁰ A Fundação Neoempresa, com sede em La Paz, é uma incubadora de empresas responsável por fornecer serviços de assistência técnica e legal a empreendedores da região. Para saber mais, ver Fundación Neoempresa (2005).

⁹¹ O Grupo *Nueva Economía* é o editor do periódico *Nueva Economía*, uma publicação semanal especializada em economia, finanças e negócios com circulação no território boliviano e sede em La Paz. Para saber mais, ver Periódico Nueva Economía (2018).

3.2.2. O Setor de Cidades Inclusivas e sua Atuação

Aproximadamente 80% da população latino-americana e caribenha vive em cidades⁹², porcentagem que tende a crescer nos próximos anos (PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, 2012). Apesar dos centros urbanos poderem oferecer grandes oportunidades para as pessoas de todos os níveis econômicos e origens, esse rápido crescimento tende a trazer consigo uma série de desafios, dentre os quais se incluem: a insuficiência de moradias e serviços básicos para as famílias mais pobres; o aumento das emissões de carbono devido ao uso ineficiente dos recursos e à gestão inadequada de resíduos; as vulnerabilidades relacionadas às mudanças climáticas e aos desastres naturais; as altas taxas de criminalidade e violência; os congestionamentos de trânsito que poluem o ar e causam perda de tempo; e a falta de empregos decentes para expandir a força de trabalho (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018g).

Ciente de tais problemas, o FUMIN criou o setor de Cidades Inclusivas⁹³ que vem melhorando as habitações - e, conseqüentemente, a qualidade de vida - das famílias mais pobres e vulneráveis nas áreas urbanas por meio da criação de cidades inclusivas⁹⁴ na América Latina e no Caribe. Algumas abordagens para a consecução de tal objetivo são a melhoria dos serviços urbanos e a adaptação e mitigação das alterações climáticas, ambas impulsionados pelo apoio de pequenas empresas, empresários e parcerias público-privadas através de modelos de economia colaborativa⁹⁵ e economia circular⁹⁶. Ao todo, já foram desenvolvidos 93 projetos⁹⁷ por esse setor (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018g) e, para fins de compreensão, um deles será apresentado na próxima seção.

⁹² Esses dados foram retirados do relatório intitulado "Estado das cidades da América Latina e Caribe 2012 - Rumo a uma nova transição urbana", elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT). Para acessar o relatório completo, ver Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (2012).

⁹³ Para saber mais sobre o setor de Cidades Inclusivas, ver Fondo Multilateral de Inversiones (2018g).

⁹⁴ A literatura sobre cidades inclusivas ainda é muito recente e pouco tratada na Academia. No entanto, para saber um pouco mais sobre a temática e como ela se relaciona com desenvolvimento, recomenda-se ver a tese "Desenvolvimento Urbano e Cidades Inclusivas: Estudo Analítico do Princípio Constitucional da Função Social das Cidades" de Aline Virgínia Medeiros Nelson (2013).

⁹⁵ A Economia Colaborativa pode ser definida como um fenômeno econômico-tecnológico emergente que é alimentado pelo desenvolvimento simultâneo de tecnologias de informação e comunicação, e pela crescente conscientização dos consumidores e comunidades colaborativas na *web* sobre comércio e compartilhamento social (HAMARI; SJÖKLINT; UKKONEN, 2013 *apud* MENEZES, 2016).

⁹⁶ Economia circular é uma economia intencionalmente restaurativa e regenerativa, cujo objetivo é manter produtos, componentes e materiais no mais alto nível de utilidade e valor todo o tempo (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2012 *apud* IRITANI, 2017).

⁹⁷ Todos os projetos, atores que os integram e resultados desse setor podem ser conferidos em Fondo Multilateral de Inversiones (2018g).

3.2.2.1. Programa de Empreendedorismo Juvenil: Regional

A região latino-americana e caribenha possui uma alta taxa de desemprego entre jovens - em torno de 13% -, sendo que ao menos 50 milhões deles⁹⁸ se encontram em situação de risco e extrema pobreza. Para sair deste grupo, muitos deles tentam iniciar seus próprios negócios, mas geralmente enfrentam barreiras ao fazê-lo. Dentre essas barreiras, podem ser citadas a falta de educação empreendedora, o acesso limitado a financiamentos e os ambientes regulatórios e complexos para a criação de empresa, que limitam a inclusão dessa parcela da população na economia das cidades em que residem (MULTILATERAL INVESTMENT FUND, 2013).

Em meio a esse cenário, o FUMIN e a *Youth Business International* (YBI)⁹⁹ se uniram para criar o Programa de Empreendedorismo Juvenil, que proporcionará treinamentos e outros tipos de apoio - como monitorias, intercâmbios e cursos presenciais e *online* - a jovens (entre 18 e 30 anos) de baixa renda que buscam começar um negócio na América Latina e Caribe. Além das duas instituições responsáveis, há ainda dois parceiros principais - a *Citi Foundation*¹⁰⁰ e a *Accenture*¹⁰¹ -, e 11 secundários¹⁰². Todos esses atores, juntos, objetivam capacitar essa mão de obra, que por sua vez criará novas empresas e, conseqüentemente, novos postos de trabalho. Nesse sentido, o impacto do programa se estenderia também para outros lugares e gerações, além de tornar as cidades locais mais

⁹⁸ Dados de 2013, retirados do site oficial do FUMIN. Para mais informações sobre as taxas de desemprego na região, ver Multilateral Investment Fund (2013).

⁹⁹ A *Youth Business International* é uma rede global de organizações dedicadas a ajudar os jovens a iniciar, crescer ou sustentar seus próprios negócios além de criar empregos. As iniciativas são independentes e sem fins lucrativos, ocorrendo em mais de 45 países nos 5 continentes, e são uma combinação de treinamento, acesso a capital, orientação e outros serviços de desenvolvimento de negócios. Para saber mais, ver Youth Business International (2017).

¹⁰⁰ A *Citi Foundation* é um banco global que tem a missão de fornecer serviços financeiros que permitam o crescimento e o progresso econômico. Ele trabalha pelo empoderamento econômico e inclusão financeira de pessoas de baixa à moderada renda em comunidades ao redor do mundo, fornecendo financiamento para ONGs, organizações sem fins lucrativos e outras organizações nas seguintes áreas de enfoque: Capacitação Financeira e Construção de Ativos, Microfinanças, Empresas Desenvolvimento, Educação de Jovens e Meios de Subsistência, Revitalização de Vizinhança e Resposta a Desastres (CITI FOUNDATION, 2018).

¹⁰¹ A *Accenture* é uma empresa global de consultoria de gestão e tecnologia da informação. É a maior empresa de consultoria do mundo, além de ser um player global no setor de consultoria de tecnologia. Para saber mais, ver Accenture (2018).

¹⁰² São eles: *Fundación Impulsar* (Argentina), *Barbados Youth Business Trust* (Barbados), *Manq'a* (Bolívia), Aliança Empreendedora (Brasil), *Acción Emprendedora* (Chile), *Confecamaras* (Colômbia), *Jamaica Youth Business Trust* (Jamaica), *Yo Quiero Yo Puedo* (México), *Fundación Paraguaya* (Paraguai), *Perpektiva* (Peru), *Youth Business Trinidad & Tobago* (Trindade e Tobago) (YOUTH BUSINESS INTERNATIONAL, 2017).

inclusivas¹⁰³ no que tange ao mercado de trabalho (YOUTH BUSINESS INTERNATIONAL, 2017).

Foram investidos, até junho de 2018, US\$4,671,046.00 pelo FUMIN e US\$3,633,054.00 pela *Youth Business International*, que resultaram na capacitação de 58.032 jovens, que por sua vez criaram 28.200 novas empresas na região, movimentando a economia local (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018h).

3.2.3. O Setor de Economia do Conhecimento e sua Atuação

Em um contexto em que a economia mundial se volta para um uso mais intensivo de conhecimento¹⁰⁴, os países industrializados têm estado na vanguarda do investimento em pesquisa e desenvolvimento, incentivando empresas orientadas para a inovação, desenhando políticas públicas que fomentam a inovação e o espírito empresarial, e empurrando a fronteira tecnológica do mundo (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, 2007). A revolução digital e de dados criou novas oportunidades econômicas para as populações em condição de vulnerabilidade, abrindo novos caminhos para a inclusão social. Ao acelerar o ritmo das mudanças, a tecnologia cria oportunidades disruptivas para mudar o funcionamento de empresas, governos e mercado de trabalho, oferecendo soluções inovadoras para o estudo - e resolução - de problemas sociais urgentes (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018i).

Apesar disso, na América Latina e Caribe existem várias barreiras que impedem os países de aproveitar o poder das indústrias intensivas em conhecimento, em inovação e em empreendedorismo para alcançar o desenvolvimento econômico - em paralelo, o investimento público e privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e inovação continua baixo: em média, 0,78% do PIB da região é gasto em P&D, bem abaixo dos 2,4% gastos nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)¹⁰⁵ (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO,

¹⁰³ César Buenadicha, um dos líderes do FUMIN, afirma que cidades inclusivas se encontram fortemente ligadas a ações que possam garantir justiça social e equidade dentro das cidades (IMPAQTO, 2017).

¹⁰⁴ Informação retirada do relatório “*Technology and Industry: Scoreboard, 2007*” da OCDE, que pode ser visto em Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2007).

¹⁰⁵ A OCDE é uma organização internacional, composta por 35 países, que tem como objetivo promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas ao redor do mundo. Ela oferece um foro onde os governos podem trabalhar juntos, comparando políticas econômicas, solucionando problemas comuns e coordenando políticas domésticas e internacionais. A maioria dos membros da OCDE é composta por economias com um elevado PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano. Para mais informações, ver Organisation For Economic Co-operation And Development (2018).

2007). Além disso, o fato dos sistemas financeiros não estarem preparados para atender as necessidades das empresas de base tecnológica e em rápido crescimento, o capital de risco ainda incipiente, as aceleradoras e incubadoras sem capacidade suficiente de impulsionar e fomentar o empreendedorismo, e a dificuldade em encontrar trabalhadores qualificados, tornaram-se os principais obstáculos ao crescimento da região (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018i).

O FUMIN vem contribuindo para mudar essa realidade através do seu setor de Economia do Conhecimento¹⁰⁶, que vem auxiliando principalmente na criação de empregos e impulsionando o crescimento de empresas de tecnologia. O setor gera oportunidades para os pobres e vulneráveis por meio do fomento à inovação no setor privado da América Latina e Caribe, fortalecendo o ecossistema de empreendedorismo e a inovação, investindo e ampliando empresas de alta tecnologia que resolvam problemas sociais, econômicos e ambientais, e preparando uma força de trabalho competitiva para os empregos do século XXI - até 2018 foram concretizados 144 projetos¹⁰⁷ através desse setor (FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES, 2018i).

Na próxima subseção será apresentado um projeto que integra o setor, chamado de Promoção de Empreendedores Resilientes (em espanhol, *Promoción de Emprendedores Resilientes*), que se propõe a fomentar um ecossistema empreendedor na América Latina e Caribe, iniciando seus trabalhos em El Salvador, Honduras e Guatemala¹⁰⁸.

3.2.3.1. Promoção de Empreendedores Resilientes: El Salvador, Honduras e Nicarágua

De acordo com Kantis *et al* (2004), as PMEs têm um papel fundamental na diminuição da desigualdade de renda global, pois constituem a maior parte do tecido econômico. Criar condições para que o empreendedorismo e elas prosperem permitiria a geração de novas ideias e o conhecimento gerado nos centros de pesquisa poderia ser então levado ao mercado. No entanto, o setor está longe de alcançar seu potencial nas economias da América Central: El Salvador, Honduras e Nicarágua estão entre os 35% dos países mais fracos do mundo em termos de saúde do ecossistema empreendedor e enfrentam uma série de desafios sociais e econômicos complexos que inibem sua prosperidade - como altos impostos,

¹⁰⁶ Para saber mais sobre o setor de Economia do Conhecimento, ver Fondo Multilateral de Inversiones (2018i).

¹⁰⁷ Todos os projetos, atores que os integram e resultados desse setor podem ser conferidos em Fondo Multilateral de Inversiones (2018c).

¹⁰⁸ A escolha de relatar esse projeto com mais detalhes que os demais é relacionada a familiaridade e proximidade da autora com alguns dos atores que o compõe, o que permitiu um maior número de informações coletadas.

burocracia, falta de apoio governamental e conhecimento de mercado. Porém, apesar dos desafios, os empreendedores locais agem de forma resiliente, adaptando-se a um contexto em constante mudança, evoluindo e emergindo mais forte para aproveitar as oportunidades - e focando no conhecimento técnico como seu principal insumo (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP DEVELOPMENT INSTITUTE, 2015).

Tendo em vista tal cenário, um grupo de atores se reuniu para desenvolver um programa focado no estímulo ao crescimento econômico de longo prazo a pequenos e médios empreendimentos sociais que se encontram no estágio ideacional em Honduras, El Salvador e Nicarágua. O proponente da iniciativa foi o *Impact Hub Network*, que contribuiu com US\$262.000,00 para sua execução. Além dele, contribuíram financeiramente a *Argidius Foundation*, com US\$468.000,00, e o Fundo Multilateral de Investimentos, com US\$740.000,00, totalizando assim, aproximadamente, US\$1.470.000,00 (DONORS COMMITTEE, 2016). Ainda participaram outras instituições com insumos não financeiros, mas técnicos, como a agência internacional de desenvolvimento *Cordaid*¹⁰⁹ e representantes locais governamentais, principalmente os relacionados ao departamento econômico e industrial.

No documento enviado ao Fundo com a proposta do projeto, os atores afirmam que, para se fazer a transição para a economia do conhecimento - finalidade do setor onde a proposta se encaixa -, é necessário que a infraestrutura de apoio aos empreendedores evolua. Em relação a isso, explanam que há poucas aceleradoras e incubadoras¹¹⁰ nesses países e que elas focam em empreendedores que já estão em fase operacional no mercado, excluindo os que estão na fase ideacional. Para eles, incentivos a este último grupo plantariam raízes duradouras para uma mudança sistêmica em direção a uma cultura mais empreendedora e economia baseada no conhecimento.

Sendo assim, os atores se propuseram a trabalhar em conjunto com o FUMIN em um programa que tem como objetivos: capacitar os empreendedores sociais em estágio inicial para desenvolverem suas ideias, contribuir para o crescimento do setor a longo prazo,

¹⁰⁹ A Cordaid é uma organização católica de ajuda humanitária e apoio ao desenvolvimento criada em Haia, sendo uma das maiores organizações internacionais de desenvolvimento do mundo e presente em 31 países da África, Ásia, América Latina e Caribe. Para mais informações, ver Cordaid (2018).

¹¹⁰ Aceleradoras e incubadoras são organizações criadas para auxiliar empreendedores na etapa inicial do negócio, ou seja, na estruturação. Têm como foco empreendimentos inovadores e com alto potencial de crescimento, especialmente no setor de tecnologia. A principal diferença entre elas está no modelo de negócio. Enquanto a incubadora normalmente não tem fins lucrativos e é mantida por instituições públicas, a aceleradora é privada, tem fins lucrativos e é mantida por investidores que esperam ganhar dinheiro com o retorno da venda das ações da empresa acelerada. Para mais informações, ver Felipe Matos (2013).

desenvolvendo candidatos mais qualificados para aceleradores e, em última análise, impactar investidores, e desenvolver de forma sustentável os ecossistemas empresariais locais.

Para isso, ele é dividido em três fases. A primeira fase é a estruturação de *Impact Hubs* - espaços físicos onde os empreendedores possam trabalhar, se reunir com outros grupos, aprender sobre o mercado e se conectarem entre si - em localizações estratégicas em cada país. Nessa fase, empreendedores locais que irão gerenciar a iniciativa são treinados e capacitados em construção de comunidades empreendedoras, administração de negócios e estabelecimento de redes estratégicas em cada país. A segunda fase compreende um programa de pré-aceleração para o desenvolvimento de habilidades técnicas de empreendedores em fase inicial ou ideacional, estimulando o surgimento de PMEs fortes e bem estruturadas e com uma equipe tecnicamente preparada. A terceira fase está relacionada ao escalonamento regional dos negócios bem-sucedidos da etapa anterior, que disseminará o conhecimento adquirido pelos empreendedores participantes para além das fronteiras - potencializando, assim, o impacto do programa.

Os resultados esperados são o apoio a 210 empreendimentos para passarem de ideias a operações, que irão gerar mais de 3.000 empregos em 3 dos contextos de mercado mais desafiadores da região, construindo uma massa capacitada de empreendedores para impulsionar mudanças culturais e econômicas.

3.3. CONCLUSÕES PARCIAIS

O segundo capítulo se propôs a fazer uma descrição da rede transnacional formada sob a égide do Fundo Multilateral de Investimentos, instituição esta que se originou do Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem como objetivo o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e Caribe através de novos modelos de negócios e, principalmente, através do empreendedorismo.

Como abordado na primeira seção do capítulo, o BID é uma instituição financeira internacional reconhecida e com credibilidade perante os outros atores do sistema. Seus esforços são concentrados em programas sociais, de modernização do Estado, competitividade empresarial, integração regional e liberalização do comércio, esforços estes realizados com o intuito de desenvolver economicamente a região. Devido à ambição de seus objetivos e prioridades, ele não atua isoladamente: trabalha em associação com a região e com os governos dos países membros, além de outros bancos multilaterais de desenvolvimento, organismos públicos, agentes do setor privado, do terceiro setor e da própria sociedade civil.

Assim, é um intermediário capaz de aglutinar atores relevantes para, em conjunto, trabalharem em torno de um objetivo em comum: o de desenvolver socioeconomicamente a América Latina e Caribe.

Para organização interna, o BID dividiu-se em algumas áreas e, neste trabalho, a destacada é o FUMIN. Em parceria com empresas privadas, outros fundos de investimento, governos, organizações não governamentais (ONGs) e entidades da sociedade civil, o FUMIN provê investimentos a micro e pequenas empresas em crescimento, fomentando o empreendedorismo e melhorando o mercado e o acesso a financiamentos via setor privado. Além do apoio financeiro, fornece assistência técnica nos projetos por conhecer profundamente a região latino-americana e caribenha, o que aumenta as chances de sucesso. Assim, através de capacitações e disponibilidade de dados, a instituição também atua como um disseminador de conhecimento.

Por possuir uma forte presença regional, o FUMIN opta por trabalhar com sócios locais, estes que são majoritariamente privados e conhecidos por seu potencial inovador, seu conhecimento do espaço e habilidade de promover e escalar soluções; além de promover parcerias com aliados internacionais que compartilham de suas metas, como empresas multinacionais, fundações, organizações não governamentais e outras organizações multilaterais. Assim, ele se coloca no centro de uma rede com mais de 2.000 atores distintos que, juntos, trazem novas soluções para os mesmos problemas já conhecidos.

Para aumentar as chances de efetividade dos projetos, a rede possui laços com os governos locais, os quais conhecem melhor as necessidades dos seus habitantes, o funcionamento de sua economia e de seus sistemas político e jurídico, tornando assim os projetos mais relevantes e adaptados para os locais onde serão implementados. Além de relacionar-se com o local, a rede se conecta ao internacional também, por meio de parcerias com grandes instituições internacionais.

A articulação dela é feita através dos próprios projetos. É possível, para um ator, propor uma iniciativa ou compor projetos já em andamento - estes últimos consultados nas representações locais do FUMIN, no site oficial da instituição e nos boletins informacionais que o Fundo envia para a rede. Percebe-se, diante de tais mecanismos, a existência de um grande número de participantes se articulando e se conectando por meio das iniciativas em comum - tornando a rede extensa e diversificada.

É importante destacar a flexibilidade dessa rede: como os projetos implementados ocorrem dentro de um determinado período de tempo e, portanto, com datas previstas de encerramento, ela está constantemente se reconfigurando. Assim, novos atores vão adentrando

nela e com isso, estabelecendo conexões. Há casos, inclusive, de projetos implementados à parte, sem a participação do próprio FUMIN, entre atores que se conheceram nesse meio e que estão ligados pelo empreendedorismo, ferramenta entendida por eles como responsável por contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e Caribe.

Para os integrantes, o desenvolvimento de um setor privado vigoroso, inovador, socialmente responsável e integrado aos fluxos internacionais de comércio e investimento por meio do fomento ao empreendedorismo é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico mais acelerado na região. Ao desenvolver novos negócios para satisfazer as necessidades da população, os empreendedores são responsáveis pela elevação dos índices de produtividade e geração de empregos, que contribuem para o objetivo almejado.

Apesar de concentrar seus esforços na promoção do empreendedorismo, a rede foca, principalmente, em uma vertente específica: a do empreendedorismo social, que, além de estimular a economia, preocupa-se em resolver problemas sociais e impactar diretamente a sociedade. Criando empreendimentos sociais, capacitando tecnicamente esses empreendedores, conectando atores distintos e trazendo novas visões, a rede atua como um verdadeiro agente de mudança na região latino-americana e caribenha.

4. CONCLUSÃO

Partindo da pergunta inicial de pesquisa “*como é estruturada a rede transnacional de desenvolvimento via empreendedorismo na América Latina e Caribe estabelecida sob a égide do Fundo Multilateral de Investimentos?*”, a presente monografia foi desenvolvida com fim de atingir um objetivo geral, o de identificar como essa rede é estruturada, e quatro objetivos específicos: (i) identificar os diferentes atores que participam da rede transnacional; (ii) compreender como estes atores se articulam e como é feita a comunicação entre eles; (iii) detalhar como um projeto é proposto; (iv) descrever algumas ações e projetos desenvolvidos pela rede.

O primeiro capítulo, que se propôs a realizar uma revisão da literatura sobre a temática de redes transnacionais, buscou conectar essa área de estudos à outros fenômenos - como a globalização e o surgimento de novos atores com poder de atuação no Sistema Internacional - e inseri-la em um contexto histórico, destacando aqui o fim da Guerra Fria.

Inicialmente, é feita uma análise sobre a globalização, responsável pela ampliação do nível de interação entre as sociedades. Observou-se que, em consequência dela, elevaram-se os fluxos comerciais e migratórios, o que acabou por gerar uma situação de maior interdependência entre os distintos atores do Sistema. Aliado a isso, houve um aumento das possibilidades de comunicação através da redução de barreiras informacionais e dos ganhos em eficiência dos meios de transporte, que reduziram distâncias físicas. Notou-se que, com o fim da Guerra Fria, esse fenômeno foi intensificado, pois o cenário internacional assumiu uma configuração mais flexível pelo descongelamento do poder mundial. Assim, a lógica na tomada de decisão passou a ser mais multilateral, e os novos atores de dentro e fora da estrutura dos Estados passaram a desempenhar papéis relevantes.

Em seguida, faz-se uma relação desses acontecimentos e como os teóricos de Relações Internacionais os interpretaram. Tendo em vista isso, abordou-se a mudança da predominância de uma visão neorrealista de Kenneth Waltz, que destacava a supremacia do Estado na arena política internacional, para uma mais flexível e cooperativa de Keohane e Nye, que defendia uma redistribuição de poder no sistema e abordava não apenas questões de segurança internacional, mas também novos temas da agenda internacional.

Essa mudança e flexibilização das relações no Sistema, citada anteriormente, possibilitou que não apenas governos interferissem em questões de política internacional, mas que empresas multinacionais, ONGs, instituições multilaterais e a própria sociedade civil se unissem à eles no processo da tomada de decisão. Observou-se, por um lado, que essa

diversificação contribuiu para que novas formas de pensar um mesmo problema ganhassem espaço, trazendo novas soluções e caminhos a serem seguidos. Por outro, poderia ser uma ameaça à democracia, visto que esses novos representantes não seriam eleitos pelo voto e alguns processos importantes poderiam não mais passar pelas mãos do Estado. Neste trabalho o primeiro cenário prevaleceu, pois interpretou-se essa multiplicidade de atores como algo positivo e que preencheria lacunas deixadas pelo próprio Estado - o que conclui-se a partir da rede transnacional estudada, que se utiliza da promoção ao empreendedorismo e estímulo a empreendimentos sociais para a resolução de problemas socioeconômicos na região latino-americana e caribenha.

Através das entrevistas realizadas e em consonância com a literatura trabalhada nesta monografia, constatou-se que, para terem mais efetividade em suas ações e projetos, esses distintos atores agrupam-se em redes; elas foram aqui definidas como canais de interação e cooperação que se estendem para além das fronteiras nacionais e (KEOHANE; NYE, 1989) por onde transitam fluxos - de pessoas, de recursos financeiros e de ideias - globais (BECK, 1999), conectando as sociedades. Tal temática é trabalhada na seção 1.3, que refere-se às redes como uma nova forma de articulação política entre os novos atores, estando estes localizados dentro e fora da estrutura dos Estados. Para tanto, foram utilizados como alicerce as obras de Keohane e Nye (1989), Thomas Risse (1995), Keck e Sikkink (1998), Boli e Thomas (1999) e Anne-Marie Slaughter (2004), referências na temática.

Após a teorização das redes transnacionais, foi abordado o conceito de redes transnacionais de desenvolvimento, estas que são focadas exclusivamente em questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. Os principais teóricos que compuseram a seção foram Anthony Bebbington (2003), McFarlane (2006) e Henry, Mohan e Yanacopulos (2004), referências no tema. Foi atentado que tais redes não são formadas por fortes consensos, uma vez que são compostas por atores distintos com interesses próprios, dando margem a disputas internas e, possivelmente, refletindo os ideais dos integrantes com mais poder e recursos. Porém, tal observação não foi trabalhada à fundo na pesquisa, pois além da literatura ser recente, o caso estudado não forneceu informações suficientes.

Na última seção do primeiro capítulo, foi trabalhado o conceito de empreendedorismo e como ele pode se colocar como uma ferramenta para essas redes e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de um local. Verificou-se que essa ferramenta, através da criação de novos empreendimentos inovadores e dinâmicos, contribui para a criação de novos postos de trabalho e para a diversificação da economia. Uma modalidade específica destacada nesta monografia, o empreendedorismo social, é mais

específica ainda: trabalha não apenas visando o lucro, mas busca resolver problemas sociais e causar uma verdadeira transformação social.

Após o arcabouço teórico apresentado na primeira parte da monografia, o segundo capítulo se propôs a conectar tais informações com um caso concreto, descrevendo assim a rede transnacional formada sob a égide do Fundo Multilateral de Investimentos. Para responder ao objetivo geral do trabalho - de como é a estruturada a rede -, foi realizada, inicialmente uma breve conceituação do BID e do FUMIN.

Observou-se que o Fundo provém investimentos a micro e pequenas empresas em crescimento, fomentando o empreendedorismo e melhorando o mercado e o acesso a financiamentos via setor privado. Além do apoio financeiro, fornece assistência técnica nos projetos por conhecer profundamente a região latino-americana e caribenha, o que aumenta as chances de sucesso do projeto em si e de um maior retorno financeiro para a instituição. Assim, através de capacitações e disponibilidade de dados, a instituição também atua como um disseminador de conhecimento.

O FUMIN opta por trabalhar com sócios locais, majoritariamente privados e conhecidos por seu potencial inovador, seu conhecimento do espaço e habilidade de promover e escalar soluções. Além do dinamismo de tais sócios, percebeu-se, principalmente por meio das entrevistas, que essa opção ainda é feita por dois motivos: primeiro pela redução da burocracia e segundo pela manutenção da saúde financeira da instituição, visto que tais parceiros teriam mais recursos financeiros para retornar o dinheiro dos empréstimos. Mas tais motivos não o impedem de se conectar com representantes governamentais e ONGs, por exemplo. Assim, ele se coloca no centro de uma rede com mais de 2.000 atores distintos que, juntos, trazem visões opostas de um mesmo problema, tornando a solução mais completa e eficiente.

Para aumentar as chances de efetividade dos projetos, como mencionado por Moscoso, a rede possui laços com os os governos locais, estes que conhecem melhor as necessidades dos seus habitantes, funcionamento de sua economia e de seus sistemas político e jurídico, tornando assim os projetos mais relevantes e adaptados para os locais onde serão implementados. Além disso, ter um agente do governo presente nas iniciativas passa maior credibilidade perante a população e o Estado. Além de credibilidade com a população, a rede busca essa aprovação internacional também, conseguida por meio de parcerias com grandes instituições internacionais. Porém, em relação a esse ponto, essa preocupação não é tão latente, visto que o próprio BID é tido como essa grande instituição internacional.

Após a apresentação e conceituação do Fundo e do surgimento da rede, trabalhou-se a questão da articulação. Constatou-se que ela é realizada através da conexão originada pelos projetos. É possível, para um ator, propor uma iniciativa ou compor projetos já em andamento - estes últimos, como já trabalhados, nas nas representações locais do FUMIN, no *site* oficial da instituição e nos boletins informacionais que o Fundo envia para a rede. Percebeu-se, diante do exposto, a existência de um grande número de participantes se articulando e se conectando por meio das iniciativas em comum - tornando a rede extensa e diversificada - mesmo que muitos deles nunca tenham se encontrado presencialmente. Isso, por sua vez, só foi viabilizado com o processo iniciado pela globalização, que reduziu fronteiras físicas através do desenvolvimento de tecnologias de comunicação e de transporte, tornando o mundo mais conectado.

É importante destacar que, como os projetos implementados ocorrem dentro de um determinado período de tempo, a rede está constantemente se reconfigurando. Assim, novos atores vão adentrando nela e com isso, estabelecendo conexões. Há casos, inclusive, de projetos implementados à parte, sem a participação do próprio FUMIN, entre atores que se conheceram nesse meio. Observou-se que isso ocorre pois, independente dos participantes, do local onde o projeto será implementado e de como ele será estruturado, o link da rede é o empreendedorismo, destacando o empreendedorismo social - ferramenta esta que, como verificado, além de estimular a economia, preocupa-se em resolver problemas sociais e impactar diretamente a sociedade. Criando empreendimentos sociais, capacitando tecnicamente esses empreendedores, conectando atores distintos e trazendo novas visões, a rede atua como um verdadeiro agente de mudança na região latino-americana e caribenha.

Como complemento, foram detalhados alguns projetos desenvolvidos pela rede e constatou-se que a maioria volta-se para a capacitação técnica, pois entende-se que é preciso fornecer não apenas insumos financeiros os empreendedores locais, mas também conhecimento. Assim, ao estarem mais preparados, poderiam contribuir para os projetos futuros com maior eficiência, criar novos empreendimentos e, junto à rede, trabalhar para o desenvolvimento socioeconômico local.

Por fim, pode-se concluir que o estudo das redes em si e da apresentada nesta monografia são essenciais para a compreensão da recente dinâmica internacional e de como as conexões possibilitadas pela estrutura atual podem trazer novas alternativas e possibilidades para desenvolvimento. Porém, devido a pouca teorização e exemplos de redes transnacionais de desenvolvimento, além da complexidade do tema, é importante ressaltar que a presente monografia, respondendo aos objetivos gerais e específicos inicialmente propostos, em

nenhum momento objetivou esgotar todas as questões relacionadas à temática. O foco foi observar a estrutura, mapear alguns dos projetos de uma rede específica e realizar possíveis considerações - sujeitas à contestação - com vias ao enriquecimento do debate acadêmico e uma conexão entre teoria e prática.

Recomenda-se, para pesquisas futuras, uma análise mais aprofundada dos projetos da rede, dessa nova forma de articulação entre os novos atores do sistema internacional, destacando os pontos positivos e negativos dessa flexibilidade para a política internacional, e de como os Estados estão agindo perante a tal situação. Há, ainda, uma área de estudos focada nessas redes transnacionais de desenvolvimento como movimentos contra-hegemônicos, sugestão interessante para um outro trabalho acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCENTURE. **About Accenture: What we do.** 2018. Disponível em: <<https://www.accenture.com/br-pt/company>>. Acesso em: 28 maio 2018.

ALFAIA JÚNIOR, José Roberto Gioia. **O impacto da atuação das organizações não-governamentais transnacionais na elaboração de políticas do Estado Brasileiro para a Região Amazônica.** 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1396/1/DISSERTACAO_2008_JoseRobertoAlfaiaJunior.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ARGIDIUS FOUNDATION. **Who We Are: Theory Of Change.** 2015. Disponível em: <<https://www.argidius.com/category/who-we-are/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

ATAMAN, Muhittin. The Impact of Non-State Actors on World Politics:: A Challenge to Nation-States. **Alternatives: Turkish Journal Of International Relations.** Istanbul, p. 01-25. fall 2003. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.472.5430&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Acerca del Banco Interamericano de Desarrollo.** 2018. Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/acerca-de-nosotros/acerca-del-banco-interamericano-de-desarrollo,5995.html>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Actualización de la estrategia institucional 2010-2020: Una alianza con América Latina y el Caribe para seguir mejorando vidas.** 2015. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=39556709>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Convenio Constitutivo.** 1959. Disponível em <<http://www.iadb.org/leg/documents/pdf/convenio-esp.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Relatório Anual.** 1960. Ed. BID. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/relatorio-anual-%2C6293.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Conheça o BID.** 2018a. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/visao-geral>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Países Membros Mutuários.** 2018b. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/paises-membros-mutuarios%2C6005.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Países Membros Não-Mutuários**. 2018c. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/paises-membros-nao-mutuarios%2C6006.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Acerca del BID**. 2018d. Disponível em: <<https://www.iadb.org/es/acerca-del-bid/capital-social-y-poder-de-voto%2C3166.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Recursos Para Empresas: Guía Para Completar El Formulario De Financiamiento En Línea Del Fomin**. 2018e. Disponível em: <<http://www5.iadb.org/mif/Projects/Financing/ApplicationGuidelines/tabid/423/language/en-US/Default.aspx>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Financial Instruments for the Private Sector by IDB Group Window**. 2018f. Disponível em: <<http://www5.iadb.org/mif/Projects/Financing/ApplicationGuidelines/tabid/423/language/en-US/Default.aspx>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Publicações**: Navegue pelas publicações mais recentes. 2018g. Disponível em: <https://publications.iadb.org/facet-view?field=type_view&locale-attribute=pt>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BEBBINGTON, Anthony. Global networks and local developments: agendas for development geography. **Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie**, [s.l.], v. 94, n. 3, p.297-309, ago. 2003. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-9663.00258>. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9663.00258>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BEBBINGTON, Anthony; KOTHARI, Uma. Transnational Development Networks. **Environment And Planning A**, [s.l.], v. 38, n. 5, p.849-866, maio 2006. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1068/a37213>. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a37213>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BECK, Ulrich. **What is Globalization?**. Cambridge: Polity Press, 1999. 192 p

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **África do Sul: A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul**. Brasília: Editora Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 342 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reformas econômicas e crescimento econômico: eficiência e política na América Latina**. Reformas Econômicas em Novas Democracias. São Paulo: Editora Nobel, 1993.

BULHÕES, Eduardo Pamplona. **O papel das Redes transnacionais de ONGs no contencioso das patentes farmacêuticas entre Brasil e Estados Unidos**. 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14391/000654984.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CAIXETA, Marina Bolfarine. **O Sul Global na Política e Academia**. 2014. Observatório Brasil e O Sul. Disponível em: <<http://www.obs.org.br/cooperacao/662-o-sul-global-na-politica-e-academia>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CARVALHO, Gustavo Seignemartin de. Autonomia e relevância dos regimes. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 238-329, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292005000200004>.

CASTELLS, Manuel; GERHARDT, Klauss Brandini. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura).

CITI FOUNDATION. **About Citi: Our Company**. 2018. Disponível em: <<https://www.citigroup.com/citi/about/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CORDAID. **Who We Are: About Us**. 2018. Disponível em: <<https://www.cordaid.org/en/who-we-are/about-us/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. **Sobre CAF: Quem somos**. 2018. Disponível em: <<https://www.caf.com/pt/sobre-caf/quem-somos/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

DEFOURNIER, Vanessa. **Promoção do desenvolvimento através do setor privado: O Grupo BID**. 2012. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/662>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DONORS COMMITTEE. Multilateral Investment Fund. **Donors Memorandum: Promotion Of Resilient Entrepreneurs In El Salvador, Honduras, And Nicaragua**. 1444. Washington: Inter-american Development Bank, 2016. 22 p. Documento Confidencial.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas: Identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)**. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Departamento de História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-110850/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ESPELT, Ramón. **Lecciones Aprendidas y Mejores Prácticas en Proyectos de Asociación Público-Privada**. 2015. Disponível em: <<https://ppp.worldbank.org/public-private-partnership/library/lecciones-aprendidas-y-mejores-practicas-en-proyectos-de-asociación-público-privada>>. Acesso em: 10 maio 2018.

ESTRE, Felipe Bernardo. **Poder, Interdependência E Desigualdade**. 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=19569@1>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FERREIRA, Camila. **Como apresentar de maneira objetiva um projeto inovador?** 2016. Disponível em: <<http://blog.impacthub.com.br/como-apresenta-projeto-inovador/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FISCHER, André Luiz. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: FRANÇA, Ana Cristina Limongi et al. **As pessoas na organização**. 5. ed. São Paulo: Gente, 2002.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES. **Quiénes somos:** Un laboratorio de innovación. 2018a. Disponível em: <<https://www.fomin.org/es-es/portada/acercade/directorio.aspx>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES. **Programa de Empreendedorismo Social**. 2018b. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/financiamento-do-bid/programa-de-empreendedorismo-social%2C6064.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES. **Proyectos**. 2018c. Disponível em: <<http://www.fomin.org/es-es/PORTADA/proyectos.aspx>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES. **Partnership at the IDB**. 2018d. Disponível em: <<https://www.iadb.org/en/partnership/partnerships-idb>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES. **Áreas Temáticas**. 2018e. Disponível em: <<https://www.iadb.org/en/partnership/partnerships-idb>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES (Washington). **Áreas Temáticas:** Agricultura Climáticamente Inteligente. 2018f. Disponível em: <<https://www.fomin.org/es-es/PORTADA/areas-tematicas/agricultura-Climaticamente-Inteligente.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES (Washington). **Áreas Temáticas:** Ciudades Inclusivas. 2018g. Disponível em: <<https://www.fomin.org/es-es/PORTADA/areas-tematicas/ciudades-inclusivas.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES (Washington). **Proyectos:** Iniciativa de Emprendimiento Juvenil. 2018h. Disponível em: <<https://www.fomin.org/es-es/PORTADA/Proyectos/RG-M1240.aspx>>. Acesso em: 28 maio 2018.

FONDO MULTILATERAL DE INVERSIONES (Washington). **Áreas Temáticas:** Economía del Conocimiento. 2018i. Disponível em: <<https://www.fomin.org/es-es/PORTADA/areas-tematicas/economia-del-conocimiento.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2018.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; SOUZA, Paulo Francisco Barbosa; LIMA, Alexandre Oliveira. **Empreendedorismo, crescimento econômico e competitividade dos BRICS: uma análise empírica a partir dos dados do GEM e GCI**. Anais do XXXV EnAnpad. Rio de Janeiro. Anpad. 2011.

FUNDACIÓN NEOEMPRESA. **La incubadora de empresas ya tiene un espacio municipal donde funcionar**. 2005. Disponível em: <www.neoempresa.org.bo>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FUNDACION PARA LA PRODUCCION. **Notas-Pro**: El Fondo Empreender espera por los nuevos emprendedores. 2008. Boletín Informativo Trimestral nº57. Disponível em: <http://www.fundapro.org.bo/fundapro/wp-content/uploads/2016/05/notas_57.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

FUNDA-PRÓ. **Perfil Institucional**: Misión y Visión. 2018. Nuestra Visión. Disponível em: <<http://www.fundapro.org.bo/fundapro/mision-y-vision/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

GADDIS, J. **Strategies of Containment**: A critical appraisal of postwar American National Security Policy. Oxford: Oxford University Press, 1982.

GEISSEL, Brigitte. Transnational Networks of Local and Global Civil Society as Response to New Challenges. **World Society Focus Paper Series**, Berlim, v. 1, n. 1, p.1-20, mar. 2006. Editado por World Society Foundation. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Brigitte_Geissel/publication/228916796_Transnational_Networks_of_Local_and_Global_Civil_Society_as_Response_to_New_Challenges/links/570e14e208ae3199889cffd1/Transnational-Networks-of-Local-and-Global-Civil-Society-as-Response-to-New-Challenges.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP DEVELOPMENT INSTITUTE. **Índice Global de Empreendedorismo 2015**. Washington: GEDI, 2015. 255 p.

GOMES, Almiralva Ferraz. **O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local**. 2011. Disponível em: <periodicos.unifacel.com.br/index.php/rea/article/download/192/44>. Acesso em: 25 jun. 2017.

GOMES, Almiralva Ferraz. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. **Revista Eletrônica de Administração**, Bahia, v. 4, n. 2, p.1-14, jul. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/rea/article/view/192>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GUPTA, A., FERGUSON, J. **Culture, Power, Place**: Explorations in Critical Anthropology. Durham: Duke University Press, 1997.

HAAS, Peter M. Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**. Massachusetts, v. 46, n. 1, p.1-35, dez. 1992.

HAFNER-BURTON, Emilie M.; KAHLER, Miles; MONTGOMERY, Alexander H.. Network Analysis for International Relations. **International Organization**, [s.l.], v. 63, n. 03, p.559-592, jul. 2009. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818309090195>. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/network-analysis-for-international-relations/DE2910979C1B5C44C4CC13F336C5DE97>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

HELD, David. Democracy and Globalization. **Alternatives: Global, Local, Political**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.201-208, abr. 1991. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/030437549101600205>. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030437549101600205>>. Acesso em 20 jun 2018.

HENRY, Leroi; MOHAN, Giles; YANACOPULOS, Helen. Networks as Transnational Agents of Development. **Third World Quarterly**. Londres, p. 839-855. jan. 2004. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0143659042000231983?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

IMPACT HUB NETWORK. **Promotion of Resilient Entrepreneurs**: El Salvador, Honduras and Nicaragua. Vienna: Impact Hub GmbH, 2016. 4 p. Documento Confidencial.

IMPACT HUB GLOBAL COMMUNITY. **Homepage**: What is Impact Hub?. 2018. Disponível em: <<https://impacthub.net/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

IMPAQTO. **Ciudades Inclusivas, Innovación Social y Economía Colaborativa**. 2017. Disponível em: <<http://www.impaqto.net/ciudades-inclusivas-innovacion-social-economia-colaborativa/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

IRITANI, Diego Rodrigues. **Modelo de gestão orientado à economia circular e à melhoria de desempenho ambiental do ciclo de vida de produtos**. 2017. Tese (Doutorado em Processos e Gestão de Operações) - Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18156/tde-04122017-100309/>>. Acesso em: 2018-05-20.

JOHNSTON, Bruce F.; MELLOR, John W.. **The Role of Agriculture in Economic Development**. The American Economic Review. Pittsburgh, p. 566-593. set. 1961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1812786?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 jun. 2018.

KAISER, Karl. Transnational Relations as a Threat to the Democratic Process. **International Organization**, v. 25, n. 3, p. 706-720, 1971.

KAISER, Karl. Transnational Relations as a Threat to the Democratic Process. **International Organization**, [s.l.], v. 25, n. 03, p.706-720, jun. 1971. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300026400>. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/transnational-relations-as-a-threat-to-the-democratic-process/E8AF37D49C4DFE4E9FA969B2A2A2ED24>>. Acesso em 20 jun 2018.

KANTIS, Hugo et al. **Developing Entrepreneurship**: Experience in Latin America and Worldwide. 2004. Inter-American Development Bank. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/442>>. Acesso em: 25 maio 2018.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998. 240 p.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**. Oxford, p. 89-101. Mar. 1999.

Disponível em:

<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic446176.files/Week_7/Keck_and_Sikkink_Transnational_Advocacy.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.

KEOHANE, Robert O.; NYE JUNIOR, Joseph S. **Transnational Relations and World Politics: An Introduction**. University Of Wisconsin Press, Wisconsin, v. 25, n. 3, p.329- 349, summer 1971. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/2706043?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 maio 2017.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Nova Iorque: Longman, 1989.

KODAMA, Goro. **ONG da vez: Aliança Empreendedora**. Agência de Cooperação Internacional do Japão. 2011. Disponível em:

<<https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/articles/111129.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

KON, Anita. **Responsabilidade Social das Empresas como Instrumento para o Desenvolvimento: A Função da Política Pública**. Brasília, v. 41, n. 2, p.45-88, jul. 2013.

Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/234/309>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

KRASNER, Stephen D.. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 20, n. 42, p. 93-110, Junho 2012 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de julho de 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000200008>.

LINA LÓPEZ. **Scaling Program**. Impact Hub Latin America. 2018. Disponível em: <<https://latinamerica.impacthub.net/scalingprogram/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

MATOS, Felipe. **Incubadora ou aceleradora?: Saiba quais são as principais diferenças entre as duas e qual é mais adequada para a sua empresa**. *Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios*. 2013. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Colunistas/Felipe-Matos/noticia/2013/06/incubadora-ou-aceleradora.html>>. Acesso em: 28 maio 2018.

MCFARLANE, Colin. Transnational Development Networks: Bringing Development and Postcolonial Approaches into Dialogue. **The Geographical Journal**. Londres, p. 35-49. mar. 2006. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/4134872?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 maio 2017.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MENEZES, Uiara Gonçalves de. **Desenvolvimento sustentável e economia colaborativa: um estudo de múltiplos casos no Brasil**. 2016. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/143942>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MICHELITSCH, Roland et al. **Avaliação de parcerias público-privadas em infraestrutura**: Sumário executivo. Nova Iorque: Inter-american Development Bank, 2017. 18 p. Office of Evaluation and Oversight. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/handle/11319/8229?locale-attribute=pt&>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MULTILATERAL INVESTMENT FUND. **Innovative Financial Instruments**. 2015. Disponível em: <<https://www.fomin.org/Portals/0/About/MIF-Innovative-financial-instruments.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

MULTILATERAL INVESTMENT FUND. **New Youth and Entrepreneurship Program announced for Latin America and the Caribbean**. 2013. Press Releases. Disponível em: <<https://www.fomin.org/en-us/HomeOld2015/News/PressReleases/ArtMID/3819/ArticleID/832/New-Youth-and-Entrepreneurship-Program-announced-for-Latin-America-and-the-Caribbean.aspx>>. Acesso em: 27 maio 2018.

MULTILATERAL INVESTMENT FUND. **Quiénes somos**: Un laboratorio de innovación. 2017. Disponível em: <<http://www.fomin.org/en-us/Home/about.aspx>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

NELSON, Aline Virgínia Medeiros. **Desenvolvimento Urbano e Cidades Inclusivas**: Estudo Analítico do Princípio Constitucional da Função Social das Cidades. 2013. 249 f. Dissertação (Mestrado em Constituição e Garantias de Direitos). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005. 264 p.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social, combate à pobreza e desafios para geração de emancipação social no Brasil. **Revista Expectativa**, Edunioeste, 2004, Cascavel-PR, v. 3, n. 3, p. 57-66.

OLIVEIRA, Inara Rezende et al. Empreendedorismo social, pós-modernidade e psicologia: compreendendo conceitos, atuações e contextos. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 9, n. 2, p. 290-311, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 out. 2017.

OLSSON, Giovanni. **O Fenômeno Da Globalização E O Novo Cenário Dos Atores Das Relações Internacionais**. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível

em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/81440/179355.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

ONUKEI, Janina; RACY, J. Carlos. Globalização: perspectivas teóricas das relações internacionais. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-5, jul. 2002. Disponível em: <http://www.fAAP.br/revista_faap/rel_internacionais/rel_01/racy.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Home**: About the OECD. 2018. Disponível em: <About the OECD>. Acesso em: 28 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. **Science, Technology and Industry Scoreboard 2007**: The digital transformation. Paris: OECD, 2007. 228 p.

PAIVA, Luciana; SCOTELARO, Marina. Novos atores no sistema internacional contemporâneo: as unidades subnacionais na nova geografia econômica transnacional. Fronteira: **REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, Belo Horizonte, v. 17, n. 9, p.91-109, jan. 2010.

PATEL, S.; MITLIN, D. **The work of SPARC, the National Slum Dwellers Federation and Mahila Milan International Institute for Environment and Development (IIED)**: Poverty Reduction in Urban Areas Series. Working Paper 5 London: IIED, 2001.

PATTBERG, Philipp H. **Private Institutions and Global Governance**: the new politics of environmental sustainability. Edward Elgar Publishing, 2007.

PECEQUILO, C. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PERIODICO NUEVA ECONOMÍA. **Inicio**: Acerca de Nosotros. Grupo Nueva Economía. 2018. Disponível em: <<http://nuevaeconomia.com.bo/web/index.php/acerca-de-nosotros/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Conheça os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2017. Disponível em: <<https://plan.org.br/blog/2017/02/conheca-objetivos-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

POST, J. E., PRESTON, L. E. e SACHS, S. **Redefining the Corporation**: Stakeholder Management and Organizational Wealth. Stanford: Stanford University Press, 2002.

PRADO, Gustavo Alberto Matos. El Banco Interamericano de Desarrollo. **Vlex International**, Barcelona, n. 6, p.1-16, jan. 2011. Disponível em: <https://international.vlex.com/vid/banco-interamericano-desarrollo-238819393?_ga=2.253759624.1410396717.1527026519-2008057685.1527026519>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PRATA FILHO, Ricardo. **Redes transnacionais de combate à homofobia: uma comparação entre o caso da Rússia e a lei de “propaganda gay” e o caso da Califórnia e a emenda constitucional Proposition 8.** 2015. ix, 84 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/13057>>. Acesso em 20 jun 2018.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS. **Estado das cidades da América Latina e Caribe 2012: Rumo a uma nova transição urbana.** Nairóbi: ONU-habitat, 2012. 196 p. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RIBEIRO, MTF., and MILANI, CRS., orgs. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar** [online]. Salvador: EDUFBA 2009. 312 p. ISBN 978-85-232-0560-7.

RISSE- KAPPEN, Thomas. **Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions.** Cambridge: Cambridge Press, 1995. 342 p. Cambridge Studies in International Relations.

RISSE, Thomas; CARLSNAES, Walter; A SIMMONS, Beth (Ed.). **Handbook of International Relations.** 2. ed. Los Angeles: Sage Publications, 2013. 877 p.

ROBERTO, José Afonso; SERRANO, António. As organizações económico-sociais e os seus stakeholders. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 73-93, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442007000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2018.

ROCHA, Renata Malagoli. **Empreendedorismo e inovação na jornada da startup: um framework da sintonia entre os processos.** 2016. Dissertação (Mestrado em Empreendedorismo) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12142/tde-12012017-153034/>>. Acesso em: 23 maio. 2018.

ROSLEN, Talita; PELEGRINI, Gabriela; COMINI, Graziella Maria. Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: Um Estudo Bibliométrico da Produção Nacional e Internacional. **Revista Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p.85-105, jan. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/8994>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SÃO PAULO. Observatório Internacional Sebrae. Sebrae Nacional (Org.). **BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.** 2017. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/comunidades/bid-banco-interamericano-para-o-desenvolvimento/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.138-169, jun. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292000000100007>. Disponível

em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SCHERMA, Márcio Augusto. **Atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil (1959-2006)**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281580>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SCHUMPETER, J. A. (1942). **Capitalismo, socialismo e democracia** (S. G. de Paula, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1984).

SERAO, Luiz Antonio Jucá et al. Valorização do tema “Responsabilidade Social” em Instituições de Ensino Superior? Análise de cursos de Administração no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos Ebape.br**, [s.l.], v. 15, n. , p.462-481, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395160284>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512017000700462&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SILVA, Alexandra de Mello e. **A política externa de JK: Operação Pan-Americana**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992. 61 p. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6597/799.pdf?sequence="](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6597/799.pdf?sequence=)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Amalin Vieira da. **Como empreendedores sociais constroem e mantêm a sustentabilidade de seus empreendimentos**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Empresarial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8788/1418703.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 maio 2018.

SLAUGHTER, Anne-Marie. Sovereignty and Power in a Networked World Order. **Stanford Journal of International Law**. California, p. 283-327, vol 40. 2014.

TARROW, S. **The New Transnational Activism** (Cambridge Studies in Contentious Politics). Cambridge: Cambridge University. 2005. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/books/the-new-transnational-activism/4A580357813F83E566ED54E02EBE3214#fndtn-information>>. Acesso em: 20 jun 2018.

TEIXEIRA, Tomás Lopes. **Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN): O Laboratório de Inovação do Grupo BID**. 2017. Disponível em: <[https://www.proadapt.org/Portals/16/Documents/Event Danone/9 - Apresentação CSA MIF - Workshop Danone Dec17.pdf?timestamp=1513020884154](https://www.proadapt.org/Portals/16/Documents/Event%20Danone/9%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20CSA%20MIF%20-%20Workshop%20Danone%20Dec17.pdf?timestamp=1513020884154)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

TRANSNATIONALISM. In: DARITY JUNIOR, William A.. **International Encyclopedia of the Social Sciences**: Vol 8. 2. ed. Nova York: Gale, 2008. p. 433-434.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Entrepreneurship and sustainable development goals: Promoting entrepreneurship for development**. Geneva: United Nations, 2015. 19 p. Disponível em:

<http://unctad.org/meetings/en/SessionalDocuments/ciid29_en.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

UNIVERSIDAD CATÓLICA BOLIVIANA. **¿Quiénes Somos?:** Nuestra Identidad. 2018. Disponível em: <<http://www.ucb.edu.bo/nacional/Forms/Index.aspx>>. Acesso em: 25 maio 2018.

VEIGA, João Paulo Cândia; ZACARELI, Murilo Alves. Regimes Internacionais: do intergovernamental público às arenas transnacionais público-privadas. **História e Cultura**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.302-2015, mar. 2015. Semestral. Disponível em: <<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/download/1490/1363>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Interesses Organizados:** Os atores Privados na Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento Brasileira. 2015. 146 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20072015-120420/pt-br.php>>. Acesso em: 25 maio 2017.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the State and War: A Theoretical Analysis*. New York: Columbia University Press, 1959.

YOUTH BUSINESS INTERNATIONAL. **Home:** Introducing YBI's Youth Entrepreneurship Programme in Latin America and the Caribbean. 2017. Disponível em: <<https://www.youthbusiness.org/introducing-ybis-youth-entrepreneurship-programme-latin-america-caribbean/#>>. Acesso em: 28 maio 2018.

ENTREVISTAS

MOSCOSO, Dora, 6 de out. 2017. Entrevista concedida à autora.

BUSSACOS, Henrique, 31 de out. 2017. Entrevista concedida à autora.

ANEXO B – Roteiro de Entrevista com Dora Moscoso

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES

- 1) Através do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já esteve envolvido em mais de 2000 projetos voltados para o desenvolvimento do empreendedorismo na América Latina e Caribe. Qual a relação entre o BID e o empreendedorismo e por que recorrer ao setor privado para realizar os projetos?
- 2) Como se deu a criação do Fundo Multilateral de Investimentos? (Salientar as motivações e interesses). Qual a importância que você vê nesse órgão? Como ele é estruturado?
- 3) Quais os principais projetos desenvolvidos por eles? Desde quando atua? Quais os principais atores que auxiliam nos projetos?
- 4) Como são estruturados os projetos? Quem geralmente é o proponente? Como os outros atores participantes demonstram interesse? Qual o processo necessário para submeter um projeto?
- 5) Quando há diversos atores em um mesmo projeto, é feito algum contrato ou termo de compromisso entre eles?
- 6) Como é feita a comunicação entre os participantes dos projetos? Quais os principais canais usados na comunicação?
- 7) Não são mais apenas os Estados que interferem em questões relacionadas ao desenvolvimento e ao Sistema Internacional. Há cada vez mais atores distintos que estão estendendo suas ações e projetos para além de suas fronteiras, intensificando a transnacionalização. Os projetos do BID são uma prova disso. O que você acha desse movimento
- 8) Qual a contribuição que você acredita que o BID está tendo para o desenvolvimento socioeconômico da população e dos países da América Latina e Caribe?

ANEXO C – Roteiro de Entrevista com Henrique Bussacos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES

- 1) O que é o Impact Hub? O que se propõe? Como você definiria a atuação internacional do Impact Hub? Com quais atores geralmente se relaciona?
- 2) Quais as áreas em que atua? Qual a sua relação com empreendedorismo e desenvolvimento?
- 3) Quais os principais projetos de cunho desenvolvimentista que o Impact Hub já participou?
- 4) O que é o empreendedorismo para você?
- 5) Como foi estruturado o projeto Resilient Entrepreneurs? Quem foi o proponente? Como os atores se aglutinaram ao redor dele? Qual a perspectiva futura para o projeto? Já obteve algum resultado?
- 6) Como é a relação com o BID? E com os outros atores? Qual o papel de cada um?
- 7) Como é feita a comunicação entre os participantes dos projetos? Quais os principais canais usados na comunicação?
- 8) Não são mais apenas os Estados que interferem em questões relacionadas ao desenvolvimento e ao Sistema Internacional. Há cada vez mais atores distintos que estão estendendo suas ações e projetos para além de suas fronteiras, intensificando a transnacionalização. O que você acha desse movimento?
- 10) Qual a contribuição que você acredita que o Impact Hub está tendo para o desenvolvimento socioeconômico da população e dos países da América Latina e Caribe?